



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PARECER

Aos 21 dias do mês de março de 2016, reuniu-se no Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense a Banca Examinadora designada para avaliar o Projeto Experimental de Bruno Roncada, matrícula UFF 11130013, habilitação Jornalismo, sob o título "ANÁLISE DOS DISCURSOS POLÍTICOS DE DIREITA E DE ESQUERDA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS DEBATES DOS PRESIDENCIÁVEIS NA TELEVISÃO EM 1989 E EM 2014".

Em sessão secreta, a Banca deliberou pela: (x) aprovação () reprovação do(a) aluno(a), com a nota 10,0 (dez.....).

Niterói, 21 de março de 2016

Orientador(a):

Silmara Dela Silva: Silmara C. Dela Silva

Banca:

Guilherme Nery: Guilherme Nery Atem

Marco Schneider: [Assinatura]

UFF- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

BRUNO RONCADA

**ANÁLISE DOS DISCURSOS POLÍTICOS DE DIREITA E DE ESQUERDA: UMA
COMPARAÇÃO ENTRE OS DEBATES DOS PRESIDENCIÁVEIS NA TELEVISÃO
EM 1989 E EM 2014**

**Iacs/UFF
Niterói
2016**

Projeto Experimental em Jornalismo

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Arte e Comunicação Social
Curso de Comunicação Social

ANÁLISE DOS DISCURSOS POLÍTICOS DE DIREITA E DE ESQUERDA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS DEBATES DOS PRESIDENCIÁVEIS NA TELEVISÃO EM 1989 E EM 2014

Projeto Experimental apresentado por Bruno Roncada, matrícula 11130013, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social - habilitação Jornalismo, sob a orientação da Professora Doutora Silmara Dela Silva.

**Iacs/UFF
Niterói
Março/2016**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a meus pais por todo esforço e dedicação que tiveram para me proporcionar uma boa educação, motivo pelo qual tive a oportunidade de ingressar em uma instituição do nível da Universidade Federal Fluminense.

Agradeço profundamente a todos os professores e professoras que contribuíram para minha formação, em especial aos da faculdade. Se hoje posso dizer que aprendi muita coisa nesses meus cinco anos enquanto estudante do curso de Comunicação Social da UFF, isso se deve em grande parte à contribuição dos professores. Foram eles que me mostraram que não devemos acreditar piamente em tudo que é veiculado, que precisamos ir atrás das outras versões para o mesmo fato, que devemos ter um espírito crítico, que não devemos nos conformar com o senso comum.

Agradeço em especial à Professora Silmara Dela Silva, sempre disposta a ajudar, corrigir e debater. Agradeço aos professores Guilherme Nery, Marco Schneider e Sylvia Moretzsohn pelas importantes indicações literárias, fundamentais a esta pesquisa.

Por fim, agradeço aos amigos e amigas que dividem a vida comigo. Agradeço em especial aos colegas de faculdade, que fizeram dos meus tempos de estudante da UFF os mais legais de minha vida.

RESUMO

O presente trabalho trata de analisar dois debates produzidos para televisão pela Rede Bandeirantes no primeiro turno das eleições para a presidência do Brasil: um em 1989 e o outro em 2014. Seu objetivo central é observar o funcionamento dos discursos políticos de direita e de esquerda através de uma comparação entre os discursos produzidos nos dois debates. Para isso, a Análise do Discurso de linha francesa, cujo principal expoente é o francês Michel Pêcheux, é utilizada como teoria que fundamenta a pesquisa. O trabalho aborda a conceituação teórica do discurso político, a oposição entre direita e esquerda, a influência da mídia na produção do discurso, a participação dos jornalistas nos debates e a análise dos discursos produzidos pelos candidatos.

Palavras-chave: Jornalismo, política, Análise do Discurso, debates na televisão

ABSTRACT

This work looks to analyse two debates made for television by Rede Bandeirantes in the first round of the presidential elections in Brazil: one in 1989 and the other 2014. Its main goal is to observe the operation of political discourses from the right and from the left comparing the discourses produced in both debates. In order to accomplish that, the French Discourse Analysis, whose the main name is Michel Pêcheux, is utilized during this research. The work discuss the theoretical concept of politic discourse, the opposition between right and left, the influence of the media on the production of the discourse, the participation of the journalists in the debates and the analyse of the discourses produced by the candidates.

Keywords: journalism; politics; Discourse Analysis; debates on television

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. O DISCURSO POLÍTICO	8
2.1. Direita x esquerda: a díade persiste?	13
2.2. A influência da TV no discurso político: os debates televisivos	16
3. DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO: ENTENDENDO OS DEBATES	21
3.1. Momento político dos debates	22
3.2. O papel do jornalista nos debates	24
4. ANÁLISE DOS DISCURSOS DE DIREITA E DE ESQUERDA NOS DEBATES DE 1989 E 2014	33
4.1. Análise do debate de 1989	33
4.1.1. A desigualdade social no Brasil de 1989	34
4.1.2. Divisão de Classes	38
4.1.3. A priorização temática	40
4.2. Análise do debate de 2014	43
4.2.1. O papel do Estado	44
4.2.2. A “nova política”	46
4.2.3. A questão econômica	48
4.2.4. As “novas” temáticas	50
4.3. As comparações entre os debates: caminhos percorridos pelos discursos da direita e da esquerda	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu do interesse pessoal deste autor por política. Interesse este que foi ampliado durante as discussões que dominaram seus oito períodos no curso de Comunicação Social, com habilitação em jornalismo, da Universidade Federal Fluminense.

O contexto político muda conforme os anos passam, assim como seus atores. As sociedades se transformam, os problemas e suas soluções também. Nessa arena política, direita e esquerda se confrontam em busca de um predomínio de uma sobre a outra, através da luta pela conquista de votos. A briga por essa hegemonia se dá no campo discursivo, em uma relação estreita entre política e linguagem, na qual os dois polos do espectro político visam o convencimento dos cidadãos. Compreender o funcionamento dos discursos de direita e de esquerda consiste no objetivo central desta pesquisa.

Precisaríamos então de um recorte para a nossa pesquisa, afinal, a variedade de tendências e discursos políticos ao redor do mundo é enorme. Decidimos focar no Brasil, uma vez que consideramos importante que o país trate mais intensamente de sua história política.

Mas a temporalidade é outra questão fundamental. Focaríamos nosso trabalho em que momento político brasileiro? Surgiu a ideia de traçar um paralelo entre duas passagens significativas da história democrática do Brasil: a primeira eleição presidencial no país pós-ditadura militar, em 1989, e o último pleito para presidente, ocorrido em 2014, e que teve o resultado final mais equilibrado da história.

Como então pensar em um método de análise para esses dois tempos distintos? A resposta passa pelo jornalismo.

Dentre os momentos mais importantes de um período eleitoral estão os debates televisivos. Trata-se de um momento no qual os candidatos podem se dirigir a uma grande quantidade de telespectadores/eleitores, apresentando suas ideias e confrontando seus rivais ao cargo pleiteado. O debate é geralmente organizado por uma empresa jornalística, o que coloca o jornalista em um papel fundamental no processo eleitoral político. A relação entre jornalismo e política é muito intensa, uma vez que a mídia torna-se um meio importante para a exposição dos discursos políticos. Sem contar o fato de que a própria imprensa também produz seus discursos, que são muito relevantes para uma análise da disputa política.

Tendo sido definidos os debates como meio para análise dos dois momentos políticos citados – 1989 e 2014 –, precisaríamos fundamentar nossas análises sobre uma teoria

adequada. Foi aí que chegamos à Análise do Discurso de linha francesa. A escolhemos por ela ter como objeto exatamente os discursos, analisando os processos de produção de sentidos.

Os debates trabalham fundamentalmente com os discursos. Por isso, para os analisarmos, necessitamos entender o que é o discurso, compreender suas nuances, seu contexto e os sentidos que os recobrem. É disto que trata a Análise do Discurso e é por isso que ela surge como uma teoria muito adequada para dar sustentação a nossa pesquisa. Direita e esquerda produzem efeitos de sentido distintos, o que nos faz acreditar que este trabalho, que visa analisar essas diferenças, teria seu valor para a Análise do Discurso.

A pesquisa divide-se em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. Começaremos o estudo conceituando o discurso político, discutindo a relação da linguagem com a política. Contamos com a contribuição das pesquisas anteriores dos linguistas Jean-Jacques Courtine, Patrick Charaudeau e Eni Orlandi, cujos trabalhos nos embasaram com importantes conceitos.

Passaremos também pela oposição entre direita e esquerda, trazendo o questionamento muito comum nos tempos atuais se a diáde ainda existe. Nessa parte, o filósofo político Norberto Bobbio será de valiosa ajuda com seus estudos. Daí partiremos para a influência da televisão e seus avanços tecnológicos sobre o discurso político, tanto o de direita quanto o de esquerda. Nessa discussão traremos um conceito que vem das Teorias da Comunicação: o Agenda-setting. Contaremos com as valiosas contribuições de Mauro Wolf e João Pissarra Esteves.

No capítulo seguinte, trataremos do momento político dos dois debates a serem analisados, trazendo o conceito de “condições de produção do discurso” do linguista francês Michel Pêcheux. Proporemos também uma discussão acerca do papel dos jornalistas nesses debates, chegando até às análises propriamente ditas.

No capítulo 4, analisaremos separadamente os discursos políticos de 1989 e de 2014, usando os conceitos que a Análise do Discurso nos fornece. Posteriormente, traçaremos uma comparação entre os discursos presentes nos dois debates, o que nos ajudará a entender o funcionamento dos discursos de direita e de esquerda, objetivo central da pesquisa.

Por fim, as considerações finais destacarão o caminho percorrido por nós durante a pesquisa, assim como as observações que pudemos fazer decorrentes de nossos estudos.

Esperamos que com esta pesquisa possamos ajudar a fomentar o debate, o interesse e o conhecimento sobre os discursos políticos em jogo ao longo de períodos importantes da história democrática brasileira.

2. O DISCURSO POLÍTICO

Para começarmos nossa discussão, antes de nos aprofundarmos nas questões empíricas de que trataremos nesta pesquisa, é importante que percorramos o caminho teórico que serviu de base para nossas análises.

Como objetivamos tratar do discurso político em dois debates importantes da história brasileira – nos referimos ao primeiro debate para presidente pós-ditadura, em 1989, e ao mais recente encontro entre presidentiáveis, em 2014, no mais disputado processo eleitoral até o presente momento – torna-se fundamental que conceituemos o discurso político em si. Do que ele trata? Quais são as circunstâncias que devemos levar em conta na construção desse discurso político?

Um bom ponto de partida para nossas discussões é a definição que Eni Orlandi confere ao discurso político.

Podemos dizer que o discurso político é, pois, aquele em que fala a voz do povo. Porém, há que se considerar que, quanto à autonomia (representante/voz representada) no discurso político, diferentemente do discurso religioso, o político goza de tão elevada autonomia em relação à voz do povo que pode até mesmo criar, inventar a voz do povo que lhe for mais conveniente, resguardando somente a exigência de lhe ser conferida legitimidade. (ORLANDI, 1983 *apud* PEREIRA LEAL, 2012, p. 41)

Essa perspectiva oferecida por Eni Orlandi é bastante importante para nós no momento em que propomos analisar o discurso político em situação de debates políticos. Na realidade, o debate consiste em uma situação na qual os candidatos duelam em busca da legitimidade citada por Orlandi. Ele é uma das apostas dos postulantes a um cargo, no caso a presidência da República, para alavancar suas campanhas, com o objetivo final de chegar a tal posto. Assim, estariam autorizados através de uma legitimidade concedida pelo povo a falar em nome deste. Essa legitimidade estaria então acompanhada de um alto grau de autonomia, como ressalta Orlandi.

De qualquer forma, vale a pena questionar se é somente quando eleito através de um processo eleitoral democrático que o político fala pelo povo. A questão é traiçoeira. De fato, como diz Orlandi, quando eleito, o político tem seu discurso coberto por legitimidade. Ele é o representante do povo porque este assim quis, através do voto da maioria do eleitorado.

Mas e se pensarmos nele enquanto candidato? Nesse caso, o político também não fala como representante do povo?

Talvez a principal luta em um debate político seja exatamente a disputa entre os candidatos para conquistarem a legitimidade que os tornarão representantes do povo. Mas para chegar até lá, para ganharem esse voto de confiança da população, o candidato já se coloca antecipadamente como seu representante. Veremos mais detalhadamente nos capítulos posteriores desta pesquisa como essas situações estão presentes nos debates que iremos analisar.

Acontece que um candidato, ao discursar como representante do povo, projeta para este uma imagem, a imagem que ele faz do povo. Ou ainda, a imagem que ele quer que o povo faça dele. São as formações imaginárias em jogo. Como explica a própria Eni Orlandi, “não são os sujeitos físicos nem seus lugares empíricos que funcionam no discurso, mas sim as imagens que resultam de projeções” (ORLANDI, 2013, p. 40)

O que queremos dizer é que um candidato, antes mesmo de eleito, já se coloca como representante do povo em seu discurso. Ou pelo menos, parte do povo, de acordo com suas convicções e com o que ele acredita que seja o melhor para os demais cidadãos, tudo de acordo com a imagem que faz do povo. Ele aponta problemas e possíveis soluções. De maneira geral, os candidatos brigam para representar o povo já o representando, pelo menos em seu discurso. A luta é pela afirmação ou, como Orlandi disse, pela legitimidade.

Também é importante em um debate não identificar o sujeito apenas como indivíduo solitário, distante de suas posições ideológicas e de seu partido. Neste ponto, é interessante observar a função da língua como elemento partidário. Jean-Jacques Courtine, em seu livro “Metamorfoses do Discurso Político: Derivas da Fala Política”, dá uma valiosa contribuição para essa questão:

O estudo de contrastes entre conjuntos de discurso político, na verdade, permite investigar a diferença linguística de grupos políticos sobre os quais se baseiam muito de suas identidades: um partido político é distinto de outro por sua língua, é pelo seu discurso que ele é reconhecido, é ao seu discurso que as pessoas aderem, é seu discurso que é repetido. (COURTINE, 2006, p.67-68)

Portanto, a língua é fundamental no contexto do debate político. É através dela que se fomenta o campo de discussão ideológica entre os partidos e candidatos. Ou, como explica Patrick Chareaudeau, em seu livro “O que é discurso político?”, “o governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra” (CHARAUDEAU, [2005] 2013, p. 21). Chareaudeau continua dizendo que a palavra intervém nos espaços de discussão, ação e persuasão.

A palavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito. (CHARAUDEAU, [2005] 2013, p. 21)

Essa relação entre a linguagem e a política é muito estreita. A política não se faz sem a linguagem. Esse é um ponto fundamental para nossas discussões, que está na base da importância da análise do discurso, especialmente do discurso político. Chareau deau discute bastante tal tema em seu já citado livro “O que é o discurso político?”. Para ele, “a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos” (CHARAUDEAU, [2005] 2013, p. 39). Continuando, o autor francês afirma que a ação e o discurso políticos são indissociáveis, o que justifica o estudo político através do discurso (CHARAUDEAU, [2005] 2013).

Ao pensarmos na importância da linguagem quando propomos fazer uma análise política, precisamos lembrar que a linguagem está longe de ser transparente. E está aí a função da Análise do Discurso: é necessário compreender que existe a relação histórica, que o que é dito hoje constitui sentidos em relação ao que já foi dito antes. É fundamental considerarmos o funcionamento ideológico da linguagem, pois quando alguém diz uma coisa, poderia igualmente dizer outra.

Jean-Jacques Courtine, ainda em “Metamorfoses do Discurso Político”, ao debater a questão do discurso comunista, chama atenção para um fato essencial que se estende para todo tipo de análise de discurso político. Para ele, as palavras podem, por vezes, revestir um mesmo sentido e, por outras vezes, podem mudar o sentido, tudo de acordo com as posições daqueles que a empregam (COURTINE, 2006).

Ainda na mesma obra, Courtine diz que “fazer análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir sob a superfície lisa das palavras a profundidade complexa dos índices de um passado” (COURTINE, 2006, p. 92).

Assim, para a Análise do Discurso, devemos levar em conta o interdiscurso, aquele já dito, aquilo que fala antes. Eni Orlandi, retomando a definição formulada inicialmente por Courtine, conceitua o interdiscurso como “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (ORLANDI, 2013, p.33).

E isso nos leva a pensar que um candidato, quando produz seu discurso, dificilmente está produzindo ali um discurso originário, ou seja, um discurso inovador, que funciona como um ponto de partida. Ele é levado a dizer certas palavras, a formular determinadas frases de acordo com o que já foi dito. Como ele vai selecionar as palavras, os termos, as ideias que lhe convém vai depender da formação discursiva com a qual se identifica e, conseqüentemente, à qual o seu dizer se filia. Retomando Pêcheux, Orlandi diz que “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2013, p. 43).

Essa lógica não se aplica apenas aos candidatos. Como veremos mais à frente em nossa pesquisa, os jornalistas também são sujeitos de discurso. Assim também precisamos levar em consideração que eles igualmente possuem suas posições ideológicas e que seus discursos se inserem em determinadas formações discursivas. Quando fazem uma pergunta, poderiam dizer x ao invés de y. E se dizem y, isso tem a ver com um contexto sócio-histórico, com um já-dito, com um posicionamento que se define em relação à formação discursiva em jogo.

Como vimos afirmando, a linguagem é instrumento fundamental para a política. Ela vai ser usada para aprofundar o debate de ideias e a divergência entre os discursos. Charaudeau defende uma “concepção de poder político que resulta dialeticamente de dois componentes da atividade humana: o do debate de ideias no vasto campo do espaço público, lugar onde se trocam opiniões; o do fazer político no campo mais restrito do espaço político, onde se tomam decisões e se instituem atos” (CHARAUDEAU, [2005] 2013, p. 22-23). Para ele, no primeiro temos o predomínio da linguagem, enquanto no segundo temos a sobreposição da ação.

É importante levarmos em conta que o discurso político não se manteve inalterado ao longo da história. Nesse quesito, Jean-Jacques Courtine nos fornece um bom ponto para debate. Como já dissemos, o autor francês ([2005] 2013) se debruça sobre o discurso comunista, discutindo suas transformações com o passar do tempo. Em meio a esse debate, Courtine acredita que maio de 1968, momento histórico importante, no qual uma greve geral tomou conta da França, é uma data marcante para o discurso político. Para ele, esse período marca o surgimento repentino de novos valores, com um desejo de liberdade individual, de expressão pessoal que refuta as hierarquias, as tutelas e as tradições. Para ele, maio de 68 é emblemático na discussão de uma transformação do discurso político. Nos termos de Courtine

(COURTINE, 2006, p. 105) “uma verdadeira poética da fala breve, pessoal e efêmera se insinua então no discurso político. Para além de maio, ela anuncia novas formas de linguagem pública, ela é um dos primeiros signos de uma transformação que se estabelecia no discurso político”.

Patrick Charaudeau também se concentra nessas alterações pelas quais passou o discurso político. Charaudeau ([2005] 2013) acredita que enquanto na década de 1970 as palavras eram carregadas de pré-construídos ideológicos particulares, com um embate claro a partir da divisão direita/esquerda, atualmente há uma negação do que ele chama de clivagens do passado e uma predileção por valores universais. Ele vai citar como exemplo a temática da “segurança dos povos”.

Ao discutir essa transformação do discurso político, Charaudeau salienta as mudanças que sofreram ao longo do tempo os discursos de esquerda e direita. Para o autor francês, se antes existia uma evidente cisão entre os dois lados, hoje esquerda e direita se reencontram na ideia de impotência do Estado em relação às forças da economia.

Mas, ao mesmo tempo, imersos nessa impotência, os partidos se reencontram em uma reação centrista comum, que prega um “ativismo gerencial” para tentar casar as exigências de uma economia de mercado com uma equidade social (que antes eram os apanágios da direita e da esquerda, respectivamente). (CHARAUDEAU, [2005] 2013, p. 302)

Para Charaudeau, o discurso de esquerda perdeu as referências que tinha em relação à luta do povo explorado contra os possuidores exploradores. Ele faz referência ao programa eleitoral de 2002 do então candidato à presidência da França pelo Partido Socialista, Lionel Jospin, que dizia “sim à economia de mercado e não à sociedade de mercadores” e pregava “uma nova aliança entre a classe média, a classe popular e os excluídos”.

Charaudeau ainda afirma que “as reações militantes (da esquerda) deslocaram-se do campo de batalha sindical e antipatronal para o da antiglobalização (mais violento) ou o do humanismo (mais pacífico)” (CHARAUDEAU, [2005] 2013, p. 300).

Por outro lado, o discurso da direita – não extremista, salienta Charaudeau – também passou por mudanças. Segundo o linguista francês, no discurso atual da direita se observa “uma ausência de perspectiva histórica que estaria relacionada, dessa vez, ao soberanismo, à autoridade e ao individualismo” (CHARAUDEAU, [2005] 2013, p. 300). Segundo ele, ainda mais notável é o surgimento da temática da redução das desigualdades sociais, que nunca foi dominante na direita.

Aproveitando esse momento de discussão sobre as transformações do discurso político, seja ele de direita, seja de esquerda, é importante que façamos uma abordagem sobre a situação histórica e atual da tão famosa díade direita-esquerda. Coloquemos então em jogo uma pergunta que dia após dia se torna mais corriqueira nos debates populares: afinal, ainda existe direita e esquerda?

2.1. Direita x Esquerda: a díade persiste?

O filósofo político italiano Norberto Bobbio dedicou boa parte de seus estudos à investigação sobre esse tema, que muito nos diz respeito. Em seu livro “Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política”, Bobbio se debruça sobre as constantes contestações pelas quais já passavam a díade direita-esquerda em 1994, ano de publicação do livro em seu original¹. Podemos dizer que, se tal questionamento já era frequente há mais de 20 anos, nada nos faz crer que a polêmica tenha diminuído nos tempos atuais.

O mais interessante é que o italiano começa apresentando os argumentos utilizados por quem defende que a díade não existe mais. Um a um, Bobbio vai expondo como tal interpretação é equivocada.

Esse é um dos pilares do nosso trabalho. É certo que o discurso político pode passar por mudanças ao longo dos anos, afinal, cada tempo possui suas peculiaridades. Lembremos, por exemplo, das colocações de Charaudeau ([2005] 2013) que trouxemos nas páginas anteriores. No entanto, não é porque o discurso de esquerda não seja exatamente igual ao de 50 anos atrás, que o discurso de direita não seja idêntico ao do século passado, que isso signifique que a oposição direita-esquerda tenha se esvaziado de sentidos.

Hoje é muito comum ouvir que direita e esquerda não possuem mais valor político, que novos problemas surgiram no mundo e que restringir as soluções a medidas de esquerda ou de direita seria ultrapassado. Também se argumenta que as práticas políticas dos partidos de esquerda e de direita se confundem, dificultando a compreensão de quem seria esquerda e de quem seria direita.

Para tais argumentos, Bobbio traz uma resposta precisa, muito válida para nossa pesquisa e para a situação política atual, incluindo aí o Brasil:

¹ Nesta pesquisa estamos citando a edição da obra publicada no Brasil, o que ocorreu em 1995, ano seguinte ao da publicação original.

A objeção vai ao ponto certo, mas não é decisiva. A distinção entre direita e esquerda não exclui de modo algum, sequer na linguagem comum, a configuração de uma linha contínua sobre a qual entre a esquerda inicial e a direita final, ou, o que é o mesmo, entre a direita inicial e a esquerda final, se colocam posições intermediárias que ocupam o espaço central entre os dois extremos, normalmente designado, e bastante conhecido, com o nome de “centro”. (BOBBIO, 1995, p. 35)

A tal linha contínua é fundamental para o entendimento do assunto. Não é que existam dois pacotes fechados de medidas e posicionamentos políticos que definem quem é de esquerda e quem é de direita. Existem variações no campo político, tanto que, além do centro lembrado por Bobbio, existem divergências dentro da própria direita e da própria esquerda. O exemplo mais nítido é a divisão entre os partidos radicais e os partidos moderados, seja qual for o lado do espectro político que eles ocupam.

Já que defendemos a permanência da díade nos tempos atuais, precisamos então expor quais os critérios principais que distinguem um lado do outro. Muitos pesquisadores criaram suas próprias díades para explicar melhor o comportamento da esquerda e da direita. Em seu livro, Norberto Bobbio (1995) cita, com ressalvas, as ideias de Dino Cofrancesco e Elisabetta Galeotti. Cofrancesco defende a distinção entre direita e esquerda como a oposição entre tradição e emancipação, respectivamente. Galeotti vai pelo caminho da hierarquia, representando a direita, contra a liberdade, representando a esquerda.

No entanto, o critério mais utilizado para fazer a distinção é “a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal da igualdade” (BOBBIO, 1995, p. 95). Assim, a díade esquerda-direita é representada respectivamente pela oposição igualdade-desigualdade, a qual Bobbio explica da seguinte forma:

Podem ser corretamente chamados de igualitários aqueles que, embora não ignorando que os homens são tão iguais quanto desiguais, apreciam de modo especial e consideram mais importante para a boa convivência aquilo que os une; podem ser chamados de inigualitários, ao contrário, aqueles que, partindo do mesmo juízo de fato, apreciam e consideram mais importante, para fundar uma convivência, a diversidade. (BOBBIO, 1995, p. 104-105)

Completando, Bobbio afirma:

O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis. (BOBBIO, 1995, p. 105)

Importante ressaltar a observação feita por Bobbio. O italiano destaca que não quer dizer que uma maior igualdade é um bem e que uma maior desigualdade é um mal, isto porque não é o objetivo do autor conferir um valor positivo à esquerda e um valor negativo à direita.

Sobre “igualdade”, Bobbio ainda traz o conflito entre esse ideal e a liberdade, lembrando que “em geral, qualquer extensão da esfera pública por razões igualitárias, na medida em que precisa ser imposta, restringe a liberdade de escolha na esfera privada, que é intrinsecamente inigualitária” (BOBBIO, 1993, p. 113).

Por outro lado, o italiano lembra que, em uma sociedade como a que vivemos atualmente, na qual há uma exaltação das liberdades, em especial a econômica, existe pouca preocupação com as desigualdades a partir daí geradas (BOBBIO, 1995). Ele ressalta que “a perda da liberdade golpeia naturalmente mais o rico do que o pobre, para quem a liberdade de escolher o meio de transporte, o tipo de escola, o modo de se vestir, está habitualmente impedida, não por uma imposição pública, mas pela situação econômica interna à esfera privada.” (BOBBIO, 1995, p.113-114).

Bobbio vai trazer a oposição entre os termos liberdade e autoridade, mas ambos podem ser usados para caracterizar tanto a direita quanto a esquerda. O que tais termos vão determinar é a posição mais radical ou mais moderada dentro dos dois campos opostos do espectro político. Em um exercício rápido de exemplificação, Bobbio descreve os movimentos de extrema-esquerda como sendo simultaneamente igualitários e autoritários, dentre os quais se destaca o jacobinismo. Os movimentos de centro-esquerda seriam igualitários e libertários, como o socialismo liberal e os partidos social-democratas. No centro-direita teríamos os libertários e inigualitários, como os partidos conservadores. Por fim, na extrema-direita, teríamos os antiliberais e anti-igualitários, como o fascismo e o nazismo.

A partir desses critérios citados, Norberto Bobbio vai diferenciando direita e esquerda e as variações dentro de cada um dos lados do espectro político. Em nossa pesquisa, usaremos em especial a oposição entre igualdade e desigualdade, responsável por uma base que nos ajudará a entender melhor em que posição do espectro político melhor se encaixa um discurso. As ideias de Bobbio funcionam como um já-dito que será muito útil a nossa pesquisa.

2.2. A influência da TV no discurso político: os debates televisivos

Não apenas as variações históricas influenciam no funcionamento dos discursos de direita e de esquerda. Outros fatores entram em cena, como o desenvolvimento das mídias, com a chegada dos debates televisivos, fator este de extrema importância para nosso trabalho.

A constante inovação dos aparatos tecnológicos trouxe uma série de mudanças em basicamente todos os aspectos da vida social. Na política, não é diferente. A chegada e o posterior desenvolvimento das chamadas mídias audiovisuais, em especial da televisão, são elementos fundamentais para o estudo do discurso político.

Além de ser um canal para circulação das propagandas políticas, a TV também se colocou como plataforma para a realização dos debates entre políticos. Os famosos encontros entre os candidatos que pleiteiam um cargo, principalmente no poder executivo, foram ganhando notoriedade com o passar do tempo.

Sobre os debates, Patrick Charaudeau tem uma visão bastante crítica. Ele chama nossa atenção para o processo de espetacularização dos debates que, em sua visão coloca os debatedores como “boxeadores em um ringue” enquanto nos impõe “a visão de um espaço político comparável a um campo de batalha” (CHARAUDEAU, [2005] 2013, p. 294).

Sabedores da importância do debate na opinião pública, os políticos procuram a melhor performance possível para atrair o eleitorado. Nos termos de Charaudeau:

Os políticos sabem igualmente que a espetacularização destes (os debates) pode dar-lhes a glória ou o opróbrio. Mas eles são ao mesmo tempo atraídos por essa forma moderna da dramaturgia política que ocupa o lugar das representações teatrais ou das cerimônias religiosas de antanho: a dramaturgia é tão útil para a educação dos povos de hoje quanto a tragédia grega o era para os atenienses. Muitos autores já o destacaram, ela faz parte dos rituais políticos destinados a tocar a emoção, a paixão, os sentimentos. Nesse local, jogam-se os efeitos do ethos, do pathos e do logos que o político produz mediante a encenação de seu discurso. Aqui, tudo intervém, ainda que em graus de importância diversos: a atitude do corpo, os gestos, a voz e evidentemente a força das propostas contidas nas réplicas. (CHARAUDEAU, [2005] 2013, p.291)

Pensando nisso, é natural questionarmos até que ponto a relação da posição ideológica com o discurso político não ficou em segundo plano para privilegiar o ator político, a imagem que o candidato deseja produzir para o público.

De qualquer forma, mesmo com toda essa espetacularização ressaltada por Charaudeau ([2005] 2013), ainda seria imprudente desconsiderar as formações ideológicas em

jogo nos debates. Como salienta o próprio linguista francês, no fim da citação que expomos acima, “tudo intervém”, inclusive “a força das propostas contidas nas réplicas”.

Quando pensamos nos sentidos produzidos por essas réplicas, pensamos nos sentidos produzidos através do discurso político. Eni Orlandi nos fornece então uma importante contribuição com relação à noção de “sentido”. Segundo ela, este “não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 2013, p. 42-43).

E como representantes no discurso das formações ideológicas vigentes em uma formação social, se colocam as formações discursivas, já discutidas aqui, que vão determinar o que pode e o que não pode ser dito no discurso.

Por mais teatralidade que realmente exista nos debates televisivos, principalmente os atuais, ainda é importante pensar o discurso político e seu funcionamento ideológico.

Também é preciso considerar que os debates não são o único momento no qual as mídias interferem no discurso político². A cobertura política do dia-a-dia também traz características que vão influenciar diretamente no discurso político. Novamente Charaudeau chama nossa atenção para a espetacularização da discussão política. Segundo ele, “à lógica da informação, que exige credibilidade no tratamento das notícias, se sobrepõe uma lógica de mercado, que exige resultados quantitativos” (CHARAUDEAU, [2005] 2013, p. 283). Buscando então atrair o maior número de pessoas dentre um público heterogêneo, as mídias usam certas estratégias discursivas que visam cativar o interesse do público e solicitam sua emoção. Segundo o autor:

Os debates que supostamente alimentam o espaço de discussão, confrontando opiniões diferentes e contrárias com o intuito de esclarecer o público, são apresentados como torneios oratórios, na verdade, espetáculos retóricos, que, ao final das contas, convertem as opiniões em julgamento passionais. (CHARAUDEAU, [2005] 2013, p. 284)

Para o linguista francês, outra característica da cobertura política da mídia é a omissão de uma perspectiva histórica. Segundo ele, “a máquina de informar é amnésica” (CHARAUDEAU, [2005] 2013, p. 284). E ao se destituir essa perspectiva história do debate e

² Ver também “A ordem do olhar: sentidos da imagem no discurso político televisivo brasileiro”, tese de doutorado de Luciana Carmona Garcia Manzano, em 2014. Na pesquisa, a autora analisa a produção do discurso político na televisão através das propagandas políticas. Seu trabalho passa por cada eleição presidencial no Brasil desde o fim da ditadura militar. Manzano destaca as temáticas que pautaram as propagandas dos candidatos em cada um desses períodos eleitorais.

converter o debate público em “espetáculo dos conflitos de opinião” (*id.*, [2005] 2013, p. 285), as mídias formam um público sem opinião.

Charaudeau ([2005] 2013) ainda aponta outra característica da mídia, que é o de jogar luz sobre determinados temas em detrimento de outros. O linguista francês usa o exemplo de seu país natal, quando na eleição de 2002 para a presidência, os temas da “violência” e da “insegurança” foram lançados pela direita e pela extrema direita e sustentados pela mídia. Segundo Charaudeau, isso teve como efeito ocultar a questão do balanço que a equipe de Lionel Jospin, candidato pelo Partido Socialista, queria fazer prevalecer.

O mais interessante nessa discussão é que o autor francês considera que o mesmo tipo de situação acontece em outros países, mas dessa vez com o tema da “corrupção”. De fato, a exposição se encaixa perfeitamente ao Brasil, com a cobertura intensa da mídia sobre o tema, especialmente na época da eleição presidencial de 2014.

Ao discutirmos essa tendência das mídias de conferir maior relevância a determinados temas em detrimento de outros, podemos lembrar da teoria do Agendamento, ou Agenda-Setting, no campo da Comunicação. Mauro Wolf ([1985] 2006) cita Eugene F. Shaw, que em 1979 escreve em seu artigo “Agenda-Setting and Mass Communication Theory” que :

em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas. (SHAW, 1979 *apud* WOLF, [1985] 2006, p. 144).

O professor português João Pissarra Esteves chama atenção para o fato da teoria do agendamento, em sua origem, ter um caráter generalista, pois não trata especificamente de cada meio (ESTEVES, 2012). Quanto à televisão, ele afirma que o meio estava ausente das discussões da sociologia da comunicação no período de formulação da teoria do Agenda-Setting. No entanto, a partir de dado momento, percebeu-se a necessidade de diferenciação dos efeitos causados sobre a audiência por cada meio. Ainda segundo Esteves, diferentemente do que era esperado, as primeiras pesquisas nesse sentido mostraram que o poder de agendamento da televisão não superava o de outros meios. O professor, porém, faz uma observação interessante:

[...] embora o efeito de agenda-setting específico da televisão possa ser algo discreto (e inferior ao da imprensa, comparativamente), não significa de modo algum que o seu poder social seja pouco relevante – o poder de seus efeitos sobre a sociedade serão em todo o caso importantíssimos, tendo em conta o (mais) elevado grau de difusão deste medium. E tanto mais assim será quanto mais evidente são, nos dias de hoje, os sinais de uma situação regressiva em termos de hábitos de leitura de jornais. (ESTEVEVES, 2012, p. 118).

Os meios de comunicação de massa, dentre eles a televisão, ganham importância dobrada uma vez que, como afirma Shaw (1979 *apud* Wolf, [1985] 2006), são os responsáveis pelo fornecimento de boa parte do conhecimento que as pessoas têm sobre a realidade social. Ou ainda, como salienta Grossi:

Nas sociedades industriais de capitalismo desenvolvido, em virtude da diferenciação e da complexidade sociais e, também, em virtude do papel central dos mass media, foi aumentando a existência de fatias e de “pacotes” de realidade que os indivíduos não vivem diretamente nem definem interactivamente a nível de vida quotidiana, mas que “vivem”, exclusivamente, em função de ou através da mediação simbólica dos meios de comunicação de massa. (GROSSI, 1983 *apud* WOLF, [1985] 2006, p. 146).

Tais exposições que surgem com a discussão sobre a teoria do agendamento são interessantes para mostrar a responsabilidade social que cabe à mídia no que tange à escolha de certos temas e no silenciamento de outros.

E sobre tal questão, Eni Orlandi também dá uma importante contribuição quando trata do silêncio fundador, que representa o “silêncio que indica que o sentido pode ser outro” (ORLANDI, 2013, p. 83). Ela entende que existem dois tipos de silêncio ou política do silenciamento: o silêncio constitutivo e o silêncio local. No nosso caso, interessa mais o constitutivo. Este aparece quando “uma palavra apaga outras palavras (para dizer é preciso não dizer: se digo ‘sem medo’ não digo ‘com coragem’)” (ORLANDI, 2013, p.83). Trata-se de um silenciamento próprio da linguagem, já que ao produzir um discurso, o sujeito necessariamente precisa optar por dizer uma coisa, em detrimento de outra. O emprego das expressões “sem medo” e “com coragem” na citação acima se deve ao fato de Orlandi trabalhar com o exemplo de uma eleição em um campus universitário. “Ao dizer “Vote Sem Medo” estamos silenciando outro dizer – “Vote Com Coragem” – que produziria sentidos em outra direção, de acordo com outra memória, significando outra posição dos sujeitos” (ORLANDI, 2013, p. 84)

Faz-se necessário dizer, no entanto, que não é somente a repetição de certos temas por parte da mídia que confere a estes visibilidade, em detrimento de outros. Para Charaudeau, é preciso que tais temas “correspondam à preocupação do público no momento, é preciso que esta última esteja latente” (CHARAUDEAU, [2005] 2013, p. 290).

Ainda assim, podemos afirmar que as mídias, e em especial a televisão, que ganha cada vez mais espaço com os avanços audiovisuais, têm influência considerável no debate público, o que obviamente leva a uma modificação nas estratégias discursivas e na produção dos efeitos de sentidos.

É nesse contexto de inovações audiovisuais que se encontram os debates. É também nesse contexto que iremos adentrar em busca do objetivo de nossa pesquisa, que é verificar o funcionamento dos discursos de direita e de esquerda, conforme expusemos em nossa introdução.

Para darmos continuidade ao nosso trabalho, passaremos agora para o contexto político dos debates. É fundamental que estudemos as situações nas quais os encontros dos presidenciais de 1989 e de 2014 foram realizados para que possamos compreender as condições de produção dos discursos neles apresentados.

3. DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO: ENTENDENDO OS DEBATES

Tendo abordado, portanto, a conceituação teórica do discurso político, a discussão sobre a permanência da díade direita-esquerda e o importante papel da mídia no debate político, passemos então para nossa próxima etapa. Para que possamos enfim chegar às análises dos debates e entender o caminho discursivo percorrido pela direita e pela esquerda ao longo dos anos, precisamos antes entender as condições de produção dos discursos.

Considerado o pai da Análise do Discurso de linha francesa, Michel Pêcheux nos fornece uma primordial ajuda ao conceituar o que são essas condições de produção. Nos termos de Pêcheux:

Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou de tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa. (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 77, grifos do autor)

E também segundo Pêcheux:

[...] enunciaremos a título de proposição geral que os *fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento* mas com a condição de acrescentar imediatamente que este *funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo* e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso. (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 78, grifos do autor)

Portanto, de acordo com Michel Pêcheux, precisamos entender quem é o político que está falando e que grupo ele representa, ou seja, de que posição ideológica ele fala. Esse conceito nos será muito importante para que possamos fazer a análise do discurso de cada candidato e para entendermos as formações discursivas em jogo em cada caso.

Para nós, porém, é fundamental que entendamos as condições de produção de forma mais ampla, não somente como quem são os candidatos e que partidos eles representam. Acreditamos ser essencial a nossa pesquisa que expliquemos também qual era o contexto

político brasileiro nos momentos de realização dos debates de 1989 e de 2014. É importante que passemos, por exemplo, pela situação econômica do país em cada debate.

Junto a isso, para compreendermos os discursos produzidos pelos presidentiáveis, é importante que tenhamos um conhecimento amplo de todo o contexto que compõe um debate televisivo. Já apresentamos no capítulo anterior como a mídia tem uma relação importante com o discurso político. Agora, apresentaremos como as pessoas que fazem parte da mídia – os jornalistas – se apresentam no debate televisivo. Se a mídia é capaz de definir temas e de produzir discursos, precisamos entender quais são esses discursos produzidos pelos jornalistas que participaram dos debates dos candidatos à Presidência em 1989 e em 2014.

3.1. Momento político dos debates

Quando propomos uma comparação entre o debate político dos presidentiáveis em 1989 e em 2014, precisamos levar em consideração os diferentes contextos sócio-históricos nos quais os dois estão inseridos.

Em 1989, o Brasil vivia sua primeira eleição direta à Presidência da República desde 1960 e a primeira desde o fim da ditadura. Podemos dizer que se tratava de uma experiência eleitoral inédita para uma geração inteira de brasileiros, pelo menos em âmbito nacional - eleições para o governo dos estados já havia acontecido em 1982 e 1986.

Isso posto, 1989 foi o primeiro ano em que candidatos a presidente da República se encontraram para um debate ao vivo na televisão. Se algumas emissoras já haviam tido a oportunidade de promover debates para os cargos de governadores de estado, esta seria a primeira vez que poderiam organizar um encontro para o posto político mais importante do país.

O debate, que teve duração de três horas e dez minutos, desconsiderando os intervalos comerciais, teve a participação de nove candidatos. Foram eles: Mário Covas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS), Afonso Camargo, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), Aureliano Chaves, do Partido da Frente Liberal (PFL), Ronaldo Caiado, do Partido Social Democrático (PSD), Guilherme Afif Domingos, do Partido Liberal (PL) e Roberto Freire, do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foram convidados, mas não participaram do debate os candidatos Ulysses Guimarães, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e

Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), então líder nas pesquisas de opinião.

O tema do momento era a questão econômica. O Brasil enfrentava uma grave crise inflacionária, com índices que chegaram a quase 2.000% no acumulado ao final do ano de 1989. Ainda havia o problema das dívidas interna e externa, que atolavam o país. Neste cenário, não faltavam preocupações aos trabalhadores. Por isso, a economia e a questão salarial foram os assuntos mais discutidos pelos candidatos no primeiro debate daquela campanha eleitoral, promovido pela Rede Bandeirantes.

Como a prática do debate televisionado ainda era uma novidade para as emissoras, o público e os candidatos, algumas situações curiosas transcorriam durante as discussões. O tempo, por exemplo, quase nunca era respeitado. Aí podemos discutir se se tratava de falta de costume dos candidatos, se era um caso de oportunismo por parte dos mesmos para ficarem mais tempo em evidência ou se eram os dois. De qualquer forma, por algumas vezes, os presidenciáveis se atrapalhavam com as regras do debate, precisando assim de uma intervenção maior da mediadora, a jornalista Marília Gabriela, durante o encontro.

Analisando o debate promovido pela mesma Rede Bandeirantes nas eleições presidenciais de 2014, podemos ver como os candidatos já estavam mais habituados com o ambiente dos debates. Dificilmente percebe-se um abuso excessivo do tempo concedido. As regras já estão consagradas não só para os políticos, como também para os telespectadores.

Participaram do debate de 2014, que teve duração de duas horas e trinta minutos, sem contar os intervalos comerciais, os candidatos Pastor Everaldo, do Partido Social Cristão (PSC), Luciana Genro, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Marina Silva, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), Levy Fidelix, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e Eduardo Jorge, do Partido Verde (PV).

Em 2014, também percebemos uma diferença de temática abordadas em relação a 1989. Apesar de a economia também ser tema protagonista da discussão, outros assuntos mais pontuais surgem com mais frequência. São exemplos as questões sobre aborto, homofobia, reforma tributária, código penal, fontes energéticas e concentração da mídia. Como a situação econômica no país era menos caótica do que em 1989, os debatedores puderam se debruçar sobre uma variedade maior de temas.

3.2. O papel do jornalista nos debates

Se por um lado a figura do político é aquela sob maior atenção num debate televisivo, não se pode esquecer também da atuação dos jornalistas neste processo. Atuação esta que varia, podendo acontecer por meio da simples presença de um mediador ou por meio da participação de jornalistas com direito a fazer perguntas aos candidatos.

Nos debates da TV Bandeirantes a serem analisados, podemos perceber uma diferença de formato se compararmos 1989 com 2014. Em 1989, tínhamos uma participação maior dos jornalistas. Além de três profissionais da própria emissora, mais nove jornalistas de outros veículos de comunicação tiveram direito à pergunta. Já em 2014, apenas os três profissionais da Bandeirantes puderam questionar os candidatos.

Num primeiro plano, mais visível, podemos notar que a participação quantitativa dos jornalistas diminuiu no que se refere ao tempo de participação no debate. Isso se deve principalmente a já citada exclusão dos jornalistas de outros meios de comunicação. Se em 1989 tivemos cinco blocos destinados às perguntas dos jornalistas, em 2014 foram apenas dois.

Pensando agora no papel exercido pelos mediadores destes debates, podemos perceber diferenças com o passar do tempo. Tais distinções têm a ver com os momentos históricos nos quais estavam inseridos os debates, conforme vimos no subcapítulo anterior. Em 1989 tínhamos pela primeira vez um debate para presidente do Brasil transmitido pela televisão. Tratava-se de uma experiência nova. A jornalista Marília Gabriela teve muitas dificuldades para controlar os presidenciáveis, que por muitas vezes infringiam as regras do debate, principalmente no que tange ao limite de tempo a que cada candidato tinha direito, como também expusemos anteriormente.

Em 2014, o cenário era outro. Os políticos, já moldados por um sistema de debates consagrado, raramente cometiam erros, facilitando assim o trabalho do jornalista Ricardo Boechat, mediador do encontro.

Podemos dizer que a figura do mediador tinha, por necessidade, uma visibilidade maior em 1989.

Outras diferenças são observáveis se compararmos as atuações dos jornalistas nos dois debates, especialmente se levarmos em conta conceitos da Análise do Discurso, como o de “formações imaginárias”.

Como mencionamos anteriormente, segundo Eni Orlandi (2013), trata-se das imagens que surgem de projeções discursivas geradas a partir do lugar do qual fala o sujeito e do lugar ocupado pelo outro. Cada sujeito, portanto, fala de uma posição (“quem sou eu para lhe falar assim?” ou “quem é ele para eu lhe falar assim?”). As projeções são praticamente infinitas, pois elas se desdobram, podendo remeter à posição do locutor, do interlocutor ou mesmo do objeto do discurso. Desta perspectiva teórica, entende-se que os discursos são constituídos de acordo com projeções, que são as formações imaginárias.

Reparamos que em 1989, nas perguntas dos profissionais de comunicação, era frequente o uso dos termos “salário”, “assalariado”, “trabalhador”. Isso fica marcado, por exemplo, nos discursos dos jornalistas Fernando Mitre e José Augusto Ribeiro, que apresentamos a seguir nas sequências discursivas 1 e 2:

SD1: O dinheiro anda curto no Brasil, em nível de investimento, principalmente no bolso do assalariado. Há um grande sofrimento e a inflação está comendo o salário do trabalhador. O senhor acaba de voltar da Bolívia aparentemente entusiasmado com a receita aplicada lá, uma receita que busca atacar com vigor o déficit público, cortar gastos e provocar um sofrimento grande. Há um custo social muito grande nisso aí. Eu gostaria de saber até onde o senhor iria com esse custo social combatendo a inflação aqui no Brasil como presidente da República? (MITRE, 1989, grifos nossos)

SD2: O Plano Verão conseguiu arrochar os salários, mas não conseguiu congelar os preços. Como que se pode compatibilizar o combate à inflação com a redução dos sacrifícios que sistematicamente as políticas econômicas impõem aos assalariados em todo o Brasil? (RIBEIRO, 1989, grifos nossos)

É claro que o recorrente uso dos termos que destacamos tem a ver, em nível de contexto-histórico, com as dificuldades econômicas pelas quais o Brasil estava passando, especialmente com os elevados índices de inflação, como apresentamos no subcapítulo anterior. No entanto, indo mais fundo na análise, verificamos que o frequente uso dos termos acima citados constitui uma marca no discurso dos jornalistas que os posicionam como representantes do povo.

Outras marcas os identificam assim, como quando José Augusto Ribeiro faz uma pergunta a Mário Covas baseado em um apelo que ele diz ter recebido de dirigentes das entidades representativas dos engenheiros, dos técnicos e trabalhadores da Petrobrás. Ou

quando os jornalistas José Carlos Bardawill e Mara Ziravello iniciam suas perguntas da seguinte forma:

SD3: Eu pergunto uma coisa que ainda não foi perguntado e que está na cabeça de todos os brasileiros. (BARDAWILL, 1989)

SD4: Eu queria trazer a discussão para nível da população. (ZIRAVELLO, 1989)

A sequência discursiva 3 representa o início da pergunta de José Carlos Bardawill ao presidente Guilherme Afif Domingos sobre a liderança de Fernando Collor nas pesquisas eleitorais. A SD4 trata do início do questionamento de Mara Zivarello no qual ela pergunta a Mário Covas se ele alguma vez precisou usar transporte coletivo.

Os dois casos marcam uma situação na qual os jornalistas julgam saber o que interessa ao povo, e colocando-se como seus representantes, destinam tais perguntas aos candidatos.

Essa visão do jornalista como representante do povo trata da questão colocada durante a explicação do conceito de formações imaginárias: “quem sou eu para lhe falar assim?”. Quando o jornalista faz sua pergunta a um candidato à Presidência da República, ele se considera o representante legítimo do povo, ideia já consagrada através de uma memória discursiva, que o define, enquanto jornalista, como tal. Sobre memória discursiva, entendemos que é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. (ORLANDI, 2013, p.31)

Passando agora para 2014, podemos notar que os termos “trabalhador”, “salário” e “assalariado” não são tão recorrentes quanto em 1989. Mais uma vez, isso passa pelo contexto no qual estava inserido o debate. A situação econômica para o trabalhador não estava tão desastrosa como em 1989.

Por outro lado, se notamos uma diminuição no emprego de certos termos, podemos também observar a exacerbação dos posicionamentos políticos dos jornalistas durante as suas perguntas. Não que o debate de 1989 fosse completamente neutro de posicionamentos, uma vez que o lugar de onde se fala está sempre marcado ideologicamente. Ou, como já afirmamos através de Orlandi (2013, p. 42-43), o sentido “é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. No entanto, podemos dizer que em 2014 a posição da qual fala o jornalista já está muito mais próxima a de um ator político em comparação ao que acontecia antes.

Neste sentido, dois exemplos no debate da Band de 2014 nos chamam muito a atenção. Primeiro, uma das falas do jornalista José Paulo de Andrade, que inclusive já havia participado do debate de 1989. No mais recente encontro, Andrade questiona o então candidato Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a respeito de um decreto presidencial que regulamentava os Conselhos Nacionais de Participação Social. A medida tomada pela presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) gerou um debate nacional na época. A oposição dizia que os conselhos atrofiariam o papel do Congresso Nacional. O governo argumentava que se tratava apenas da regulamentação de algo que já existia, afinal o primeiro conselho popular formado no Brasil é de 1936. Além do mais, esta seria uma forma de intensificar as consultas à sociedade. Nesta discussão, ficam evidenciados então dois posicionamentos principais a respeito do assunto.

O posicionamento de José Paulo de Andrade fica marcado no momento em que analisamos em que formação discursiva se inscreve seu discurso. Relembrando o conceito de formação discursiva, trata-se, segundo Orlandi, daquilo “que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, *ibid*, p.43).

Nosso percurso começa com a análise da superfície linguística. A seguir, trazemos a sequência discursiva 5, com a pergunta de Andrade a Aécio Neves:

SD5: O governo federal criou por decreto o Conselho de Participação Social. É uma instância direta vista com apreensão por muitos setores que seria uma ameaça ao Congresso Nacional e, conseqüentemente, ao equilíbrio institucional. Seria uma bolivarização do Brasil, nos moldes chavistas. Agora, a própria candidata (Dilma Rousseff) acaba de lançar a ideia de um plebiscito para fazer a reforma política, o que me parece deixa de lado o Congresso. Essa é a minha pergunta: como é que o candidato vê a movimentação dessas peças no tabuleiro político? (ANDRADE, 2014)

Para nossa análise³, devemos levar em conta que José Paulo de Andrade é jornalista experiente, que como dissemos, participou do primeiro debate presidencial da Band em 1989. A pergunta que analisamos é feita num contexto político de discussão quanto ao decreto da

³ Nesse instante fazemos a transição da superfície linguística para o objeto discursivo, que representa o corpus depois de uma primeira e superficial análise. Portanto, consideramos quem fala, como fala e em que circunstância fala.

presidente sobre a regulamentação dos Conselhos de Participação Popular. A partir daí, já temos condições de avançar para o processo discursivo⁴.

Analizamos antes o delineamento das formações discursivas em jogo ou, como expusemos, o que pode e deve ser dito num discurso de acordo com sua relação com a ideologia. Partimos do produto final, ou seja, o dizer em si, para entendermos como o mesmo produz efeitos de sentido. Podemos destacar termos empregados por Andrade em seu discurso para entendermos as formações discursivas em jogo. Ao perguntar, o jornalista prioriza a exposição de um posicionamento ideológico contrário ao decreto presidencial. Reparamos, por exemplo, no trecho “Seria uma bolivarização do Brasil, nos moldes chavistas”. Essas expressões, especialmente “bolivarização” e “moldes chavistas”, marcam no discurso uma ideia pejorativa sobre os termos. Significa uma crítica direta ao bolivarianismo, mesmo que não esteja em jogo na questão dos Conselhos Sociais tal projeto político. Representa também uma crítica nominal ao ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez, considerado um dos principais líderes de esquerda da América Latina.

O jornalista também traz em seu dizer uma crítica à ideia da presidente de fazer um plebiscito para discutir a questão dos Conselhos, o que é marcado através do trecho “o que me parece, deixa de lado o Congresso”. Ao perguntar, portanto, o jornalista traz toda uma argumentação que representa a visão de um setor que é contrário ao decreto presidencial, direcionando assim os sentidos. Tais marcas apontam para a inscrição do discurso de Andrade numa formação discursiva mais conservadora, crítica aos governos de esquerda da América Latina e reticente quanto a uma participação popular direta.

Também é importante que pensemos na noção teórica de memória discursiva, cujo conceito explicitamos no subcapítulo anterior. A ideia de bolivarização do Brasil não foi inventada no momento do debate pelo jornalista. Este era um discurso corrente entre uma parte do eleitorado brasileiro. Para ficar em apenas um exemplo, antes mesmo da discussão acerca dos Conselhos Nacionais de Participação Social, Arnaldo Jabor, escreveu em 2013 para o jornal *O Globo* a coluna “Lula vem ou não vem”, que fazendo paralelos com o ex-presidente do Brasil, aborda o então momento do governo de Dilma Rousseff. No nono parágrafo, Jabor diz:

E como o governo insiste nessa ambiguidade política — muito difícil de manter — a tendência é a progressiva “bolivarização” (mais simples) do país que já se percebe em ridículas bobagens como “médicos cubanos”, timidez diante do Evo, aceitação do bode do Mercosul, isolamento terceiro mundista,

⁴ O processo discursivo consiste nas relações das formações discursivas com a ideologia.

incompetência administrativa total, justificada por um horror ao presente e um sonho idiota de “futuro”. (JABOR, 2013)

Verificamos que o termo “bolivarização”, no discurso do jornalista José Paulo de Andrade no debate da Band dialoga diretamente com o já-dito e, dentro de uma formação discursiva que aponta mais à direita no campo político, o uso deste termo é coerente.

Assim como é importante analisarmos o que é dito num discurso, é preciso ressaltar que o que não é dito também produz sentidos. Expomos acima que, em relação à questão dos conselhos populares, existia pelo menos mais uma forma de entender o decreto presidencial, diferente daquela mencionada pelo jornalista como “bolivarização do Brasil”. Havia quem argumentasse que se tratava de uma regulamentação de algo que já existia e que os conselhos serviriam para aumentar a participação da sociedade nas decisões políticas. Em nenhum momento José Paulo de Andrade fez referência a essa linha de pensamento. Na Análise do Discurso temos o conceito do silêncio constitutivo, que aparece quando uma palavra apaga outra palavra (ORLANDI, 2013, p. 83). Em nosso caso, um conjunto de palavras apaga outro conjunto, uma ideia silencia outra. Quando Andrade não apresenta os argumentos daqueles que defendem o decreto da presidente, ele omite aquilo que a formação discursiva na qual está inserido seu discurso não permite dizer. Para a Análise do Discurso, tal qual as palavras, o silêncio produz efeitos de sentido.

No início, dissemos que dois casos no debate promovido pela Rede Bandeirantes nos chamaram a atenção. Portanto, após expormos o questionamento de José Paulo de Andrade, vamos à pergunta de Boris Casoy, outro jornalista experiente, com passagem por diversas emissoras e que hoje está na Band.

Façamos o mesmo caminho que percorremos para analisar o discurso de Andrade. Começamos pela superfície linguística. Em uma de suas participações no debate, Casoy destina uma pergunta ao candidato do Partido Verde, Eduardo Jorge, e pede comentários da presidente Dilma Rousseff.

SD6: Eu vou, por considerar um assunto importante e grave, que envolve a liberdade no país, voltar à questão do chamado controle social da mídia. O partido da presidente, num plano de censura à imprensa, que eufemisticamente chama de democratização da mídia, a bem da verdade, a presidente Dilma não tem colocado em prática, apesar da insistência do partido, essa ideia. Se eleito, o candidato Eduardo Jorge vai levar esse plano adiante? (CASOY, 2014)

Façamos agora o percurso que leva ao objeto discursivo. Precisamos então levar em consideração quem fala. Boris Casoy, como já dissemos, é jornalista experiente, já tendo passado por diversas emissoras de canal aberto, como o SBT, a TV Record, a Bandeirantes e a já extinta TV Tupi. Ele faz sua pergunta num momento no qual se discute uma concentração da mídia brasileira nas mãos de poucos empresários. Houve especulações no período pré-eleitoral se o chamado controle social da mídia seria plataforma de campanha da presidente Dilma Rousseff, porém isso nunca aconteceu.

Agora, aprofundemos mais a nossa análise até o processo discursivo. Que formações discursivas estão em jogo? Primeiramente, o que salta aos olhos é o trecho da pergunta em que Casoy fala: “o partido da presidente, num plano de censura à imprensa, que eufemisticamente chama de democratização da mídia”. Aí, o jornalista marca um posicionamento político. Seu discurso se inscreve numa formação discursiva própria de uma certa oposição brasileira, representada fortemente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Tal formação define o que pode e o que não pode ser dito.

Mais uma vez, pensemos na memória discursiva. Assim como no caso da pergunta de José Paulo de Andrade, podemos ver que o discurso de Casoy se relaciona diretamente com o já-dito. Por exemplo: em junho de 2014, em um debate com empresários organizado pelo portal Estadão, em parceria com o grupo Corpora, o então pré-candidato à presidência pelo PSDB, Aécio Neves, deu a seguinte declaração:

A agenda que está por vir é extremamente preocupante. Controle social da mídia quer dizer censura, controle dos meios de comunicação. Eu sou de uma geração dos filhos da democracia. Eu vi o quanto custou a tantos brasileiros permitir vivermos no país que vivemos hoje. Esse é um patrimônio que não temos o direito de permitir que sequer seja ameaçado. Liberdade de imprensa é o principal valor em qualquer sociedade democrática. (NEVES, 2014)

Quando Boris Casoy utiliza o termo “censura à imprensa” e diz que o partido da presidente chama eufemisticamente o projeto de controle social da mídia, vemos que ele não apresenta um discurso inédito, desvinculado do interdiscurso, do já-dito.

E como o discurso de Boris Casoy se inscreve em uma determinada formação discursiva, ele acaba por apagar palavras e ideias em favor de outras. Casoy não faz nenhuma referência à argumentação do partido do governo e de setores da sociedade que defendem o projeto de controle social da mídia. Em nenhum momento o projeto é apresentado como iniciativa para democratizar os meios de comunicação, concentrados nas mãos de poucos grupos econômicos. Mais uma vez, o silêncio também acaba por produzir sentidos.

Conforme já falamos, o fato de que no debate de 2014 os jornalistas deixam muito mais marcadas suas posições políticas não significa que no debate de 1989 tais posicionamentos também não estivessem em jogo. Quando o jornalista Fernando Mitre diz em sua pergunta ao presidente Paulo Maluf que “O dinheiro anda curto no Brasil, em nível de investimento, principalmente no bolso do assalariado. Há um grande sofrimento e a inflação está comendo o salário do trabalhador” (SD1) ou quando o jornalista José Augusto Ribeiro diz ao presidente Guilherme Afif Domingos que “o Plano Verão conseguiu arrochar os salários, mas não conseguiu congelar os preços” (SD2), não significa que nessas perguntas não exista posicionamento ideológico por parte dos jornalistas, e sim que são colocações que não sentenciam qual projeto de governo dentre os apresentados pelos candidatos é o de sua preferência. Na verdade, precisamos ressaltar que tudo tem a ver com o contexto sócio-histórico em jogo.

Em 1989, dentre os nove candidatos a presidente que participaram do debate, nenhum se colocava como representante da situação, mesmo aqueles com ligação direta com o governo de José Sarney, como os ex-ministros Aureliano Chaves e Afonso Camargo. Podemos dizer que todos promoviam um discurso de mudança em relação a então situação do país. No mesmo caminho iam os discursos dos profissionais de imprensa.

Em 2014 temos um cenário diferente. Lá estão em disputa, de forma mais clara, projetos políticos que representam a situação e a oposição, por mais diversificada que esta última seja. O que expusemos anteriormente através de nossas análises é que os discursos dos jornalistas nesse contexto apontam para uma determinada formação discursiva em detrimento de outra de forma mais clara e se colocam em favor de um projeto político contra outro. Algo mais difícil de ser percebido no debate de 1989.

Da mesma forma, não podemos dizer que em 2014 não existam momentos nos quais o jornalista se coloca na posição de representante do povo. Por exemplo, quando o jornalista Fabio Pannunzio pergunta à presidente Dilma Rousseff sobre o que considera um problema legal e outro moral do Programa Mais Médicos, criado na primeira gestão da presidente, ele afirma:

SD7: tenho andado pelo interior do país e visto com meus olhos a importância desse programa Mais Médicos. (PANNUNZIO, 2014)

Não se trata do mesmo caso que citamos nas exposições no debate de 1989, com o frequente emprego de termos como “trabalhador”, “salário” e “assalariado”. Mesmo assim, Pannunzio coloca-se como alguém que faz parte do povo, que está presente ao seu lado, que conhece a realidade do interior brasileiro. A formação imaginária que coloca o jornalista como representante do povo não está completamente perdida em 2014. Ela só não é tão forte quanto em 1989, não se marca com tanta frequência.

Portanto, vimos que em 2014 predomina um posicionamento dos jornalistas como atores políticos, de maneira que pudemos observar formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito pelos jornalistas. Em 1989, verificamos um predomínio da imagem do jornalista como representante do povo. Imagem esta feita pelo próprio jornalista.

Isso é relevante ao pensarmos a forma como o debate se organiza, pois o lugar de produção dos discursos dos candidatos se altera. É fundamental pensarmos nisso no momento em que nos propomos a estudar neste capítulo as condições de produção dos discursos.

Tal passo é importante para darmos início às análises propriamente ditas dos discursos de direita e de esquerda. Essa será exatamente a próxima etapa de nossa pesquisa. Buscaremos, portanto, analisar os discursos dos dois polos do espectro político, separando-os por debates, e finalizando com uma comparação entre o que foi dito em 1989 e o que foi dito em 2014.

4. ANÁLISE DOS DISCURSOS DE DIREITA E DE ESQUERDA NOS DEBATES DE 1989 E 2014

Chegamos enfim à análise dos discursos dos candidatos nos debates. Retomando nossa introdução, nosso objetivo é entender o funcionamento dos discursos de direita e de esquerda. Para isso, escolhemos dois momentos políticos importantes da história brasileira: os debates de 1989 e 2014. Faremos primeiramente a análise dos discursos do debate de 1989 e, em um subcapítulo seguinte, focaremos nos discursos produzidos em 2014. Ao final, traremos um subcapítulo que fará uma síntese comparativa dos dois debates e dos discursos que neles são apresentados. Através desse caminho esperamos compreender como funcionam discursivamente direita e esquerda nos dizeres dos candidatos nesses dois debates exibidos na TV.

No subcapítulo 2.1 trouxemos as ideias do filósofo político Norberto Bobbio. Tratamos em especial da caracterização que ele faz da díade esquerda-direita, na qual elas seriam representadas respectivamente pela oposição igualdade-desigualdade. Dizemos isso porque essa conceituação teórica proposta por Bobbio será referência para nossas análises, norteando as definições acerca das formações discursivas de esquerda e de direita.

4.1. Análise do debate de 1989

Conforme já expusemos no subcapítulo 3.1, o debate político de 1989 foi realizado em meio a um momento de crise do governo federal, com alta taxa de inflação e profundas dívidas interna e externa. Havia, portanto, uma ideia de mudança na condução política do país por parte de todos os candidatos, mesmo daqueles que fizeram parte do governo de José Sarney.

Nove candidatos participaram do debate produzido pela TV Bandeirantes em 1989. Foram eles: Mário Covas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS), Afonso Camargo, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), Aureliano Chaves, do Partido da Frente Liberal

(PFL), Ronaldo Caiado, do Partido Social Democrático (PSD), Guilherme Afif Domingos, do Partido Liberal (PL), e Roberto Freire, do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁵.

4.1.1. A desigualdade social no Brasil de 1989

Começemos nossas análises pela questão da desigualdade social. Como vimos dizendo ao longo da pesquisa, o Brasil vivia difícil situação econômica em 1989. Esse cenário, que se marca discursivamente como parte das condições de produção do debate, acabava influenciando diretamente na vida do trabalhador brasileiro, especialmente na questão do salário. Em tempos de crise como esse, é natural que cresça a discussão acerca da distribuição de renda, e que sejam formulados questionamentos como: por que, numa situação de dificuldade econômica, os que ganham menos acabam sendo aqueles que precisam fazer mais concessões? Indo além: por que alguns têm tanto e muitos têm tão pouco?

O político, que segundo sua formação imaginária seria o porta-voz do povo, apropriase dessas preocupações e lança mão de um discurso que aproxime a sua fala do apelo popular. É natural, portanto, que o debate de 1989 traga com muita frequência discursos que abordem o tema da desigualdade social, consequência mesmo das condições sociais que se apresentavam no Brasil, àquela época.

Como vimos, o filósofo político Norberto Bobbio (1993) trata a oposição igualdade-desigualdade como primordial para definir a diáde esquerda-direita, sendo a igualdade referente ao espectro político mais à esquerda e a desigualdade representativa da direita. A partir dessas proposições de Bobbio, seria possível afirmar que o debate de 1989 constitui-se como um encontro no qual o discurso de esquerda se sobrepôs ao de direita?

A princípio, tematicamente podemos dizer que sim, uma vez que um tema mais quisto pela esquerda é discutido com grande frequência. Mas é importante que ressaltemos que existem formas e formas de se falar de desigualdade social. Direita e esquerda não foram apagadas. Cada formação discursiva sustenta efeitos de sentidos distintos acerca de um determinado assunto. Conforme Pêcheux, “*é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção*” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 79, grifo do autor).

⁵ Ao longo das análises, chamaremos os candidatos pelos seus sobrenomes, forma pela qual eram popularmente conhecidos. Teremos, portanto: Covas, Brizola, Maluf, Camargo, Lula, Chaves, Caiado, Afif Domingos e Freire.

Cada sujeito fala de uma posição discursiva que deixa marcas em seu discurso, o que nos possibilita perceber a presença de um embate direita x esquerda no debate de 1989.

Façamos então recortes em nosso corpus que nos mostrem o funcionamento desses discursos. Em 1989, os então presidentiáveis Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS), e Mário Covas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), abordaram a questão da desigualdade social no país. Cada um, do seu próprio modo, de sua posição discursiva. Cada discurso inscrevendo-se numa formação discursiva distinta. Vejamos então as sequências discursivas 8, 9, 10 e 11:

SD8: o bolo cresceu, comeram e a classe trabalhadora hoje está com o seu poder aquisitivo menor do que estava a dez anos atrás. Hoje nós precisamos inverter. Hoje nós precisamos dizer que é preciso distribuir para depois crescer. (LULA, 1989)

SD9: Eu escolheria a opção de um governo com autoridade, onde quem trabalha no setor público, ganha, e ganha bem. Quem não trabalha, será demitido. Um governo onde não existam mordomias, onde não exista essa discrepância salarial. (MALUF, 1989)

SD10: O meu governo seria um governo com austeridade e eu preferiria causar um custo social a 100, 200 ou 300 mil fantasmas que não trabalham, que não marcam o ponto, a dar um custo social como hoje existe a 140 milhões de brasileiros, que são roubados todos os dias. (MALUF, 1989)

SD11: Que ele (capitalismo) não seja aquilo que tradicionalmente tem sido, em que tradicionalmente você socializa os prejuízos e privatiza os lucros. Em que você, ao mesmo tempo em que se discute a necessidade de se privatizar certos setores estatais, e o meu partido está inteiramente de acordo com isso, porque o meu partido quer o Estado voltado para o exercício de determinadas políticas sociais, onde ele se atrofiou, como educação, meio ambiente, política de habitação, política urbana, política de transportes, ao mesmo tempo em que isso se faça, se faça também uma desprivatização do Estado. Ou seja, a eliminação de uma prática cartorial, pela qual certos setores da economia privada se associam com o Estado em seu próprio benefício. (COVAS, 1989)

Exposta a superfície linguística, podemos verificar que as quatro sequências discursivas com falas dos presidentiáveis nos indicam que, apesar de uma similaridade temática, a formação discursiva é determinante para a produção do discurso.

Pensemos no delineamento das formações discursivas em jogo. Conforme tratamos nos capítulos anteriores, a formação discursiva determina o que pode e o que não pode ser dito em um discurso. E aí o interessante é analisarmos algumas expressões apropriadas pelos candidatos em seus dizeres.

Lula fala em classe trabalhadora e utiliza a metáfora do bolo. Maluf defende um governo com autoridade e austeridade. Covas, por sua vez, afirma que seu partido defende a privatização de certos setores estatais.

Nenhum desses discursos é novo. Todos eles guardam uma relação interdiscursiva com um já-dito. Todos resultam de uma determinada formação discursiva e de uma posição ideológica. Não é tão simples imaginar o discurso de um desses três candidatos sendo apropriado pelo outro. Cada um corresponde à história política do presidentiável e de seu partido.

Podemos dizer que o discurso de Lula tem uma relação interdiscursiva mais intensa com um imaginário da esquerda, o que se marca na expressão “classe trabalhadora” e na apropriação da metáfora do bolo. “Classe trabalhadora” remete a um discurso marxista de luta de classes, enquanto que o uso da metáfora do bolo constitui, nesse caso, uma crítica à ideia de que primeiro a economia deve crescer para que depois se distribua a riqueza. No dizer de Lula, portanto, o acúmulo da riqueza não pode ser prioritário em relação a sua distribuição para a sociedade. Percebe-se aí a ideia de igualdade, considerada por Bobbio como traço caracterizante da esquerda.

Por sua vez, o discurso de Maluf guarda uma relação interdiscursiva com o discurso neoliberal através da expressão “austeridade”. Os anos 1980 ficaram marcados pela chegada ao poder de governos neoliberais, como o de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e o de Margaret Thatcher, no Reino Unido. Governos estes que priorizaram a austeridade, ou seja, o corte de gastos.

Ao mesmo tempo, a apropriação feita por Maluf do termo “autoridade” reforça uma relação interdiscursiva com o discurso da ditadura militar brasileira, que ocupou o poder no país de 1964 até 1985. Maluf ocupou uma série de cargos públicos durante esse período: foi presidente da Caixa Econômica Federal, governador indireto do estado de São Paulo e

prefeito nomeado da capital paulista. O vínculo de Maluf com o regime militar é forte, regime este que levantava como uma das principais bandeiras o respeito à autoridade.

Por fim, Mário Covas faz referência à privatização de certos setores estatais, em benefício da atuação do Estado em outros. A relação interdiscursiva no caso seria com os discursos sociais-democratas, que defendem uma atuação mais forte do Estado em setores considerados centrais, como educação e saúde, enquanto deixa ao setor privado a responsabilidade por outros. Uma filosofia política influenciada pela ideia do Estado de Bem-estar Social, do economista britânico John Maynard Keynes, e que vem sendo aplicada há muito tempo pelos países nórdicos, como Suécia e Dinamarca.

Por outro lado, podemos dizer que o discurso de Mário Covas também se associa ao mesmo tempo a já-ditos pertencentes tanto a uma formação discursiva de esquerda quanto a uma neoliberal.

A relação interdiscursiva com um imaginário de esquerda está presente quando o candidato do PSDB defende a participação do Estado em setores centrais. Ele cita educação, meio ambiente, política de habitação, política urbana e política de transportes. Trata-se então de responsabilidades que o Estado tem para com o povo. A interpretação que podemos fazer é a de que o governo tem como obrigação oferecer esses serviços básicos a toda a população, sem distinções. Deprendemos daí uma noção de igualdade, que, como já expusemos no subcapítulo 2.1 e mesmo anteriormente neste capítulo, é uma marca da esquerda, segundo Norberto Bobbio (1995).

Só que o candidato do PSDB também defende a privatização de certos setores que em 1989 estavam nas mãos do Estado. Neste momento, verificamos uma aproximação a uma prática neoliberal, política econômica comumente associada a um imaginário de direita. As privatizações marcaram muitos governos neoliberais, impulsionadas pelo Consenso de Washington, que aconteceria um ano após o debate, em 1990. O Consenso trouxe medidas econômicas que defendiam a chamada economia de mercado, que coloca a competitividade a frente da intervenção do Estado e que deixa a noção de igualdade em segundo plano. Isso pautou a cena política na América Latina durante os anos 1990, incluindo o Brasil. Em 1995, o PSDB, partido de Covas, chegaria ao poder com Fernando Henrique Cardoso, que ocuparia o cargo de Presidente da República até 2002. Neste governo várias empresas estatais passaram para as mãos do setor privado, como a Vale do Rio Doce, do setor da mineração, e a Telebrás, das telecomunicações. O próprio Covas, quando eleito governador de São Paulo em 1995, também promoveu diversas privatizações de empresas que antes eram do estado.

Essa duplicidade, podemos chamar assim, apresentada no discurso de Mário Covas, nos é interessante, pois demonstra como um discurso pode guardar relações com já-ditos distintos, inscrevendo-se em formações discursivas diferentes. O discurso é movimento dos sentidos e as formações discursivas se relacionam entre si.

Para nós é fundamental mostrar, ao apresentarmos os discursos de Lula, Maluf e Covas, que apesar dos três evidenciarem o problema da má distribuição de renda no Brasil, cada um tem suas particularidades, decorrentes das formações ideológicas que os determinam. É especialmente importante levarmos em conta de que posição fala o candidato. Ou seja, o sentido não está nas palavras. Os efeitos de sentido de desigualdade social são díspares, justamente porque se inscrevem em formações discursivas distintas.

4.1.2. Divisão de classes

Nas sequências discursivas anteriores, trouxemos, através da fala do candidato Lula, o termo “classe trabalhadora”, e fizemos a associação à formação discursiva de uma esquerda mais vinculada ao marxismo. Pois bem: o debate de 1989 nos apresenta outros tantos momentos nos quais termos que guardam uma relação interdiscursiva a textos símbolos do socialismo são colocados em jogo.

O representante do Partido Comunista Brasileiro na eleição de 1989 foi Roberto Freire. No debate, a partir da análise de termos de que o candidato lança mão, percebemos uma relação interdiscursiva entre seus discursos e os textos marxistas.

Na contramão, temos o então presidenciável Ronaldo Caiado, representante do PSD, o Partido Social Democrático. Caiado foi um dos fundadores da União Democrática Ruralista, a UDR, organização que defendia os interesses dos grandes proprietários de terras. Diferentemente de Freire, o candidato discursa contra uma divisão social do país, apagando as diferenças de classe.

Para entendermos melhor essa oposição discursiva entre os dois candidatos, analisemos dois trechos do debate.

Primeiro, vamos a uma das intervenções de Freire. No quarto bloco, quando Freire comenta a resposta de Paulo Maluf que citamos nas sequências discursivas 9 e 10, referente às soluções para os problemas do déficit público e da má distribuição de renda no país, o candidato do PCB coloca Maluf como integrante de uma classe dominante. Vejamos nas sequências discursivas 12 e 13:

SD12: é realmente uma questão de escolha. E aí nós estamos assistindo a escolha daqueles que são da classe dominante brasileira, que sempre penalizam o trabalho. (FREIRE, 1989)

SD13: nem se discute também aqui os incentivos e os subsídios para inclusive pessoas como ele (Maluf), que são representantes da classe dominante e que recebem subsídios do governo. Isso ele não discute. (FREIRE, 1989)

Calcado em outra formação ideológica, Ronaldo Caiado traz em suas considerações finais um discurso contra a luta de classes, como veremos nas formações discursivas 14 e 15:

SD14: Eu não sou o candidato e não quero ser o candidato do contra, nem quero ser aquele candidato a fazer a apologia da miséria. Eu quero e sou o candidato que venho das minhas origens, do interior, daquele Brasil que produz e trabalha, daquele Brasil otimista. (CAIADO, 1989)

SD15: vamos transformar este país num país de vencedores, num país daqueles que acreditam que é no trabalho na competência e na seriedade, não na violência, não na agressão, não na luta de classes e nem no ódio. (CAIADO, 1989)

Aí temos bem exemplificadas diferentes formações discursivas em jogo no debate, através da análise do corpus, e levando em consideração o objeto discursivo, ou seja, os sujeitos que falam em determinada formação discursiva. É importante pensarmos que Freire é o candidato do Partido Comunista Brasileiro, enquanto Caiado foi um dos fundadores da União Democrática Ruralista, que, como já explicamos, foi uma organização criada em defesa dos grandes proprietários de terras. Entendendo o contexto, já podemos ver as diferenças nas posições ideológicas ocupadas pelos dois candidatos.

O termo “classe dominante”, presente na SD12 e na SD13, indica uma relação interdiscursiva entre o discurso de Freire e o marxismo e, portanto, com um imaginário da esquerda. O discurso de Caiado também, mas no sentido oposto, no sentido de negação, através da crítica à luta de classes. Ele guarda uma relação interdiscursiva com um imaginário da direita, que trata de apagar a divisão da sociedade em classes, e que, portanto, condena uma luta social em função delas. Tanto condena que, analisando o discurso de Caiado, percebemos que, o termo “luta de classes” é colocado em um mesmo campo semântico da “violência”, da “agressão” e do “ódio”, conforme mostra a sequência discursiva 15.

São modos distintos de concepção da estrutura social que se colocam em jogo através dos discursos, cada qual se inscrevendo em sua própria formação discursiva. O de Roberto Freire em uma formação discursiva marxista, que vê na luta de classes o motor da história, e o de Ronaldo Caiado em uma formação conservadora, que trata de apagar a divisão da sociedade em classes.

4.1.3. A priorização temática

No capítulo 2, trouxemos ideias do linguista francês Patrick Charaudeau. Uma delas foi referente à mídia. Segundo Charaudeau ([2005] 2013), a mídia tem como uma de suas características jogar luz sobre determinados temas em detrimento de outros. Ele usa o exemplo da eleição presidencial na França em 2002, quando a extrema-direita colocou em pauta, e a mídia a acompanhou, os temas da “violência” e da “insegurança”. Para nós interessa o que Charaudeau diz na sequência. Segundo ele, em outros países o tema em questão é a “corrupção”.

Se concordamos com o linguista francês no que se refere à mídia, também achamos interessante trazer essa ideia para a esfera de análise do debate. Quem seriam, por exemplo, os candidatos que dão mais importância a esse tema da corrupção? O que estariam, por consequência, deixando de dizer? Logo, qual formação discursiva está em jogo? Para respondermos a esses questionamentos, o primeiro bloco do debate de 1989 é de grande valia.

Essa parte do encontro foi destinada à apresentação dos candidatos, na qual cada um teve um minuto para responder à seguinte pergunta: se eleito, qual vai ser sua primeira medida como Presidente da República?

Ou seja, a princípio, cada candidato colocaria em seu discurso o que considera mais importante para o país. E aí temas como “corrupção”, “moralidade” e “honra” entram em jogo.

Vejamos nas sequências discursivas de 16 a 20 o que Paulo Maluf, do PDS, Ronaldo Caiado, do PSD, e Guilherme Afif Domingos, candidato pelo Partido Liberal (PL), priorizam em suas apresentações:

SD16: A primeira medida que tomaríamos seria o combate incessante à inflação e à corrupção. É a inflação nesse país que está nos levando ao descalabro. E a corrupção jamais vista nesse país está levando a você que me ouve a não acreditar no governo. (MALUF, 1989)

SD17: o que o povo espera do novo governante é dele resgatar a credibilidade política nesse país. (CAIADO, 1989)

SD18: O que eu quero, o que eu pretendo fazer é devolver ao brasileiro a honra de ser brasileiro, e com isso, começar a administrar não com somente o direito de ser Presidente da República, mas também com o direito de ter o apoio desse povo para implantar as reformas que a sociedade deseja. (CAIADO, 1989)

SD19: o primeiro choque que nós daremos é o choque da austeridade e o choque da moralidade. (AFIF DOMINGOS, 1989)

SD20: estabelecer com o povo uma linguagem direta, conversando com todos, recuperando a credibilidade do governante para com todos. (AFIF DOMINGOS, 1989)

Como já explicitamos no subcapítulo 3.1, no qual tratamos do momento político do debate, o tema “inflação” tomou conta do encontro dos presidenciáveis. Na sequência discursiva 16, é a opção de Maluf em priorizar o tema “corrupção” que nos interessa no momento. O candidato do PDS cita em seu discurso dez medidas que considera importante para o país, mas antes de enumerá-las, faz referência à inflação e à corrupção.

Nas sequências discursivas 17 e 18, percebemos que Ronaldo Caiado valoriza a recuperação da credibilidade política, o que podemos afirmar ter relação direta com o tema “corrupção”. Surge também a questão da “honra de ser brasileiro”.

Nas sequências discursivas 19 e 20, verificamos que Guilherme Afif Domingos faz referência à “credibilidade do governante”, o que aproxima seu discurso do de Ronaldo Caiado, e à “moralidade”, tema que de certa forma já estava implícito nos discursos de Maluf e Caiado.

Vemos então que existe uma formação discursiva em jogo, compartilhada por Paulo Maluf, Ronaldo Caiado e Guilherme Afif Domingos. Tal formação lança temas, todos entrelaçados, que dizem respeito à moralidade e à honra, e que têm sempre a corrupção como espécie de tema maior, que abriga todos os outros. Conforme sugerido por Charaudeau ([2005] 2013), a priorização da temática da corrupção já seria um traço da direita. Pensando assim, podemos então dizer que há uma relação interdiscursiva que vincula os discursos de Maluf, Caiado e Afif Domingos a um imaginário da direita.

Por outro lado, no mesmo bloco inicial do debate, temos também a participação do candidato à Presidência pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Leonel Brizola. Vejamos o discurso de Brizola ao ser questionado sobre sua primeira medida caso eleito presidente.

SD21: Conseguir um mínimo de estabilidade e de vergonha neste país. Mudar de rumo, porque este, do jeito que vai, está nos levando para onde sabemos. Retomar o crescimento, empregos, trabalho para o nosso povo, já em outras bases, com justiça social. Este vai ser o nosso trabalho permanente, buscando objetivos estratégicos, como a educação e a propriedade familiar, por exemplo. (BRIZOLA, 1989)

Talvez o emprego do termo “vergonha”, ao deixar entender que falta vergonha ao país, pudesse colocar o discurso de Brizola em uma mesma formação discursiva dos discursos citados anteriormente. Porém, o que o diferencia, e nesse caso nos interessa, é a importância que é colocada em questões como “justiça social” e “propriedade familiar”. Tais temas são muito caros à esquerda, porque dizem respeito à igualdade.

O candidato do PDT fala em crescimento econômico, em estabilidade, assim como basicamente todos os candidatos no debate. O que nem todos falam é em geração de emprego com base na justiça social, ou seja, emprego para todos, para que as camadas mais pobres da população vejam um aumento em seu poderio econômico, diminuindo assim as desigualdades existentes no Brasil.

Brizola também fala em propriedade familiar, ou seja, propriedade rural vinculada à subsistência, oposta ao latifúndio, lembrando que em 1989, estava mais aceso na sociedade o debate sobre a Reforma Agrária, se fizermos a comparação com os tempos atuais. Nesse ponto, o discurso favorável à propriedade familiar representa a luta por uma distribuição mais justa, mais igualitária das terras no campo. É um discurso oposto, por exemplo, ao da União Democrática Ruralista, a UDR.

Por esses motivos que destacamos, podemos dizer que o discurso de Leonel Brizola, representado na sequência discursiva 21, vincula-se a um imaginário da esquerda.

Lembrando mais uma vez que todos esses discursos que apresentamos, tanto o de Brizola como os de Maluf, Caiado e Afif Domingos, fazem parte do bloco inicial do debate, no qual cada candidato se apresenta respondendo qual seria sua primeira medida como Presidente da República. É fato que o discurso produzido pelos presidenciais nesse momento é chave, nos permitindo dizer que em tal instante eles expõem suas preocupações e

ideias centrais. Se pensarmos no jogo imaginário, o início do debate é importante porque é o momento no qual o candidato começa a projetar uma imagem que ele acredita que o eleitor deseja de um presidenciável. Logo, os discursos iniciais, em suas marcas, nos ajudam bastante a entender as formações discursivas em jogo.

As análises apresentadas ao longo deste subcapítulo nos são fundamentais para que possamos realizar uma comparação entre os discursos políticos de 1989 e os de 2014, que serão tratados a partir do próximo subcapítulo. Dessa forma, seguimos nosso caminho rumo ao objetivo de compreender o funcionamento dos discursos de direita e de esquerda nos debates que constituem o corpus de nossa pesquisa.

4.2. Análise do debate de 2014

Chegamos às análises do debate da Band mais recente, o de 2014. Conforme explicitamos no subcapítulo 3.2.1, neste encontro tínhamos um projeto político que representava claramente a situação, diferentemente de 1989, quando nenhum candidato se dizia como opção para manutenção das políticas do governo então no poder.

Em 2014, o Partido dos Trabalhadores (PT) completava 12 anos de governo. Sua candidata, Dilma Rousseff, tinha por objetivo mostrar que o período tinha sido bom para os brasileiros e que, por isso, seu partido deveria continuar governando o país, enquanto os candidatos de oposição mostravam as falhas que consideravam relevantes e propunham uma mudança nos rumos políticos do Brasil.

Lembrando que participaram do debate da Band em 2014 sete candidatos. Foram eles: Pastor Everaldo, do Partido Social Cristão (PSC), Luciana Genro, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Marina Silva, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), Levy Fidelix, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), e Eduardo Jorge, do Partido Verde (PV)⁶.

⁶ Para as análises do debate de 2014, chamaremos novamente os candidatos pela forma que consideramos que eles são mais conhecidos. Diferentemente de 1989, muitas vezes o sobrenome fica em segundo plano. Teremos, então: Everaldo, Luciana, Marina, Aécio, Dilma, Levy e Jorge.

4.2.1. O papel do Estado

Começamos nossas análises por uma questão que comumente está no centro das divergências entre direita e esquerda: o papel do Estado.

Levemos em consideração as falas dos candidatos Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Pastor Everaldo, do Partido Social Cristão (PSC) e Marina Silva, do Partido Socialista Brasileiro. Vejamos as sequências discursivas:

SD22: O governo que a senhora (Dilma Rouseff) comanda perdeu a capacidade de inspirar confiança, credibilidade, por um conjunto de ações desastradas, desconexas, com um intervencionismo absurdo em setores essenciais para a recuperação do investimento, como o setor de energia. (AÉCIO, 2014)

SD23: Eu defendo um enxugamento da máquina, um Estado mínimo necessário, vou cortar na carne, redução do número de ministérios para 20, passar todas essas empresas que hoje são foco de corrupção, de negociação política, esse negócio de fura poço, essas coisas todas que deu foco de corrupção que hoje faz as nossas empresas, orgulho nacional, como a Petrobrás, passar para a iniciativa privada. (EVERALDO, 2014)

SD24: Hoje, o que atrapalha a iniciativa privada de progredir nesse país é a mão do Estado. (EVERALDO, 2014)

SD25: É um debate que muitas vezes é feito de forma não adequada, porque ou se vai para o extremo do Estado provedor, que resolve tudo e ainda resolve o resto, passando por cima da criatividade da sociedade, ou se vai para a ideia de um Estado mínimo, que não se coloca na perspectiva de atender os interesses do cidadão. Eu defendo o Estado mobilizador, que seja capaz de mobilizar o melhor de si mesmo, da iniciativa privada, do empreendedorismo social, de todos os setores da sociedade, para que a gente possa ter eficiência no atendimento das necessidades da população. (MARINA, 2014)

Percebemos uma relação interdiscursiva entre as falas de Aécio Neves e Pastor Everaldo, representadas nas sequências discursivas 22, 23 e 24. Ambos demonstram-se preocupados com o que consideram uma demasiada intervenção do Estado. Aécio cita o setor energético, enquanto Everaldo fala em termos gerais.

Podemos dizer que tanto o discurso de Aécio quanto o de Everaldo remetem a um imaginário liberal, pois fazem referência a uma excessiva participação do Estado em determinados setores. Isso é marcado através das expressões “intervencionismo absurdo”, na SD22, e “Estado mínimo necessário”, na SD23, que são expressões que guardam uma relação interdiscursiva forte com o discurso de origem do liberalismo, corrente política comumente colocada à direita no espectro político.

Por outro lado, temos a sequência discursiva 25, que traz o discurso da candidata Marina Silva. Em sua fala, Marina já coloca em jogo um imaginário tanto da esquerda quanto da direita. Um imaginário negativo, diga-se de passagem. Ela critica o “Estado provedor”, que simbolizaria a esquerda, e critica o “Estado mínimo”, que representaria a direita. Marina aponta para o caminho que seria o de um “Estado mobilizador”.

Duas possibilidades de análise surgem para o discurso de Marina se levarmos em consideração os escritos de Norberto Bobbio em “Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política”. Em seu livro, Bobbio fala da existência de uma visão triádica da política, denominada de “Terceiro Incluído”, na qual entre direita e esquerda encontra-se um espaço intermediário, que seria o centro, simbolizado pela fórmula “nem-nem”, que refuta tanto direita quanto esquerda (BOBBIO, 1995). Ainda segundo Bobbio (1995, p. 36), “o próprio centro, ao se definir nem como direita nem como esquerda e não podendo se definir de outro modo, pressupõe a antítese e extrai da existência dela a sua própria razão de existir”.

Essa definição nos é muito útil para analisar o discurso de Marina Silva, representado na sequência discursiva 25. Marina ocupa seu espaço no espectro político ao trazer a oposição direita – esquerda, refutando-a, ou seja, colocando-se nem à direita nem à esquerda. Ocuparia, portanto, uma posição centrista.

A outra opção, ainda segundo Bobbio (1995, p. 38-39), seria a da visão política chamada de “Terceiro Inclusivo”, que, diferentemente do “Terceiro Incluído”, seria representada através da fórmula “e-e”. Seria então uma síntese da posição política da direita e da esquerda, uma tentativa de Terceira Via. E ao invés de estar no centro entre direita e esquerda, essa alternativa pretende ir além de uma e de outra.

O próprio Bobbio faz sua ressalva em relação a uma teoria terceiro-inclusiva, afirmando que ela sempre poderá ser interpretada como a tentativa de uma posição de anular a outra, algo típico de momentos de crise tanto da direita quanto da esquerda.

Ainda assim, se interpretarmos o discurso de Marina Silva como uma tentativa de síntese das duas posições opostas, como uma tentativa de ir além, poderemos considerá-lo como parte de uma política terceiro-inclusiva.

A questão fundamental para nós é que, independentemente de se tratar do “Terceiro Incluído” ou do “Terceiro Inclusivo”, o discurso de Marina traz um imaginário da direita que é típico de uma posição esquerdista, ao mesmo tempo em que traz um imaginário da esquerda que é típico de uma posição direitista. Podemos dizer que este é um caso no qual um discurso guarda uma relação interdiscursiva tanto com discursos da direita quanto com discursos da esquerda. Questionar uma excessiva participação do Estado, algo colocado através da expressão “Estado provedor”, é uma das principais críticas feitas pela direita às políticas de esquerda. De outro lado, criticar o “Estado mínimo”, questionando sua capacidade de atender aos interesses do cidadão, é uma postura comum às ideologias de esquerda.

4.2.2. A “nova política”

A eleição presidencial de 2014 teve o resultado mais equilibrado da história política brasileira desde a redemocratização, como já afirmamos. A vitória de Dilma Rousseff sobre Aécio Neves no segundo turno deu-se por uma diferença pouco superior a dois por cento. Soma-se a isso outro fenômeno ocorrido ainda no primeiro turno. Após a morte do candidato Eduardo Campos em um acidente aéreo, sua vice, Marina Silva, assumiu o posto de presidenciável. E por um tempo, alcançou o segundo lugar nas pesquisas de opinião, ameaçando até a liderança da candidata governista Dilma Rousseff.

Marina trouxe o discurso da “nova política”, que pretendia superar as deficiências que a candidata enxergava na “velha política”. Por diversas vezes, Marina afirmou que pretendia governar com os melhores, sem discriminação quanto a partido ou classe social.

Este ponto é interessante para nossa pesquisa porque trabalha diretamente com questões relacionadas ao imaginário das posições políticas. Isso pode ser observado em algumas falas da candidata do PSB no debate de 2014 que apresentaremos logo a seguir. Também vale a pena destacarmos a fala da candidata Luciana Genro, do Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL. Vejamos as sequências discursivas:

SD26: Essa conversa de unir todo mundo, Marina, eu já vi em 2002 com o Lula, e o resultado foi um governo voltado para os interesses do capital. Para fazer de fato uma nova política, Marina, é preciso contrariar interesses. É preciso enfrentar os interesses dos

banqueiros, do agronegócio, dos especuladores. É preciso fazer uma auditoria da dívida pública, suspender o pagamento dela para os bancos e garantir investimentos realmente no que o povo necessita. Se tu não tiveres condições de enfrentar o capital financeiro, tu nunca vais fazer uma nova política, tu vais repetir a velha política do PSDB, que continuou com o PT, que continuou com o Lula, que continuou com a Dilma. Vocês três são muito parecidos. (LUCIANA, 2014)

SD27: Eu discordo inteiramente, inclusive da velha política da esquerda, que consiste em achar que é o dono da verdade, que vai começar tudo do zero e que pode passar por cima das conquistas que são conquistas históricas da sociedade brasileira. (MARINA, 2014)

SD28: Eu quero combater claramente, candidato (Levy Fidelix), essa visão de apartar o Brasil, com essa ideia de que nós temos que combater as elites. O problema do Brasil não é a sua elite, é a falta de elite. A elite não é aquela que tem dinheiro. O Guilherme (Leal, empresário brasileiro) faz parte da elite, mas o Davi Yanomami (escritor e líder indígena brasileiro) também. A Neca (Setúbal, socióloga e herdeira do Banco Itaú) pode fazer parte da elite, mas também o Chico Mendes (seringueiro, ativista político e ambientalista) fazia parte da elite. Essa visão tacanha de que a gente tem que ficar combatendo as pessoas com rótulo, é isso que a gente tem que combater e ter a tranquilidade de fazer o debate envolvendo ideias, envolvendo as diferentes pessoas, empresários, trabalhadores, juventudes, empreendedores sociais. (MARINA, 2014)

Percebemos com as sequências discursivas que trouxemos que a candidata do PSOL, Luciana Genro, marca em seu discurso (SD26) uma relação interdiscursiva com um imaginário da esquerda, uma vez que critica um “governo voltado para o capital”. Isso, somado às expressões “enfrentar o capital financeiro” e “é preciso contrariar interesses”, mencionando aí os banqueiros, o agronegócio e os especuladores, revelam marcas no discurso de Luciana que o vinculam a uma formação discursiva da esquerda, cujos textos comumente apontam para o combate ao capitalismo financeiro.

Por outro lado, Marina Silva, na sequência discursiva 27, faz uma crítica direta ao que chama de “velha política da esquerda”. Marcas como “consiste em achar que é o dono da verdade” apontam para uma imagem da esquerda própria de uma formação discursiva oposta, historicamente vinculada a uma formação discursiva da direita.

Na sequência discursiva 28, a candidata do Partido Socialista Brasileiro afirma que quer combater “essa visão de apartar o Brasil, com essa ideia de que nós temos que combater

as elites”. Novamente, podemos dizer que se trata de uma crítica à esquerda. Um dos discursos historicamente mais marcantes da esquerda consiste justamente na divisão da sociedade em classes, e que se faz necessário o combate aos privilégios de uma classe dominante. Do outro lado, cabe tradicionalmente à direita o papel de contestar essa divisão da sociedade em classes. Lembremos da sequência discursiva 15, apresentada no subcapítulo 4.1.1, quando no debate de 1989 o candidato Ronaldo Caiado afirma que “vamos transformar este país num país de vencedores, num país daqueles que acreditam que é no trabalho, na competência e na seriedade, não na violência, não na agressão, não na luta de classes e nem no ódio”. (SD15 - CAIADO, 1989).

Ao observarmos a crítica que Ronaldo Caiado faz especificamente à luta de classes, podemos dizer que existe uma relação interdiscursiva entre o seu discurso e o de Marina Silva, no debate de 2014. Como já dissemos no subcapítulo 4.1.1, Caiado vincula-se a um imaginário da direita, que condena a luta de classes. Desse modo, cabe-nos afirmar que o discurso de Marina Silva também se vincula a esse imaginário. Ela não chega ao ponto de construir uma relação semântica entre a luta de classes e a violência, a agressão e o ódio, como faz Caiado, mas sua crítica expressa à “ideia de que nós temos que combater as elites”, na SD28, aproxima seu discurso de uma formação discursiva avessa à luta de classes. A candidata aproxima seu discurso, portanto, de um imaginário da direita.

4.2.3. A questão econômica

Uma disputa decisiva no embate entre direita e esquerda acontece no campo econômico. Como não poderia ser diferente, o debate de 2014 nos proporciona um momento para analisarmos as diferentes ideias e os distintos discursos a respeito da questão econômica. Destacaremos os discursos dos candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves, que foram os dois presidenciáveis que chegaram ao segundo turno da disputa eleitoral. Vejamos nas sequências discursivas abaixo:

SD29: Eu acho que o Brasil enfrenta hoje, Boris (Casoy, jornalista) uma coisa que ninguém pode negar: uma das mais graves crises internacionais e, ao enfrentar essas crises, nós recusamos a velha receita, que diante da crise, o Brasil fazia o quê? Botava a conta para o trabalhador pagar, desempregava, arrojava salários, aumentava impostos e aumentava tarifas. Nós nos recusamos a fazer isso. E, ao mesmo tempo que mantivemos o nível de emprego, criamos 5, 5 milhões de empregos num momento em que o mundo

inteiro desemprega, nós mantivemos a inflação sob controle. [...] Eu digo que nós criamos as condições para um novo ciclo de crescimento. Com o quê? Investindo, porque o futuro é esse, é investir em infraestrutura. Além de investir em infraestrutura, o futuro exige um investimento pesado em educação, como o governo está fazendo. Hoje é inequívoco que as pessoas têm muito mais oportunidades. O filho de um trabalhador pode virar doutor. (DILMA, 2014)

SD30: Nós temos que ter a certeza, ou a confiança, de que para que a saúde melhore, para que a educação melhore, para que o emprego volte a crescer no Brasil, é fundamental que tenhamos uma política econômica diferente dessa que aí está, que nos levou à inflação alta e ao crescimento baixo. Tampouco o Brasil comporta, nesse instante novas aventuras, o improvisado. Quero oferecer aos brasileiros um caminho. O caminho da segurança, da responsabilidade, da transparência fiscal e da previsibilidade. Se eleito Presidente da República, se merecer a sua confiança, para dizer de forma clara aquilo que pretendo fazer, nomearei como Ministro da Fazenda um dos economistas mais respeitados do mundo, ex-presidente do Banco Central e um dos formuladores do tripé macroeconômico tão elogiado por uma das candidatas: o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga. (AÉCIO, 2014)

Na sequência discursiva 29, a candidata governista Dilma Rousseff faz uma crítica ao modelo econômico neoliberal, o que é exposto através da oração “nós recusamos a velha receita”, uma referência clara à gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, cujo governo é comumente classificado como neoliberal. Segundo a candidata, o modelo econômico passado “botava a conta para o trabalhador pagar, desempregava, arrochava salários, aumentava impostos e aumentava tarifas”. Podemos dizer que a candidata explicita uma situação de desigualdade, na qual, em uma situação de crise, os mais pobres acabam tendo os maiores prejuízos. Historicamente, o discurso do combate às desigualdades é uma das principais bandeiras da esquerda. Conforme afirma Bobbio (1995), o traço característico da esquerda é justamente a “igualdade”.

Mais à frente na sequência discursiva 29, Dilma defende “um investimento pesado em educação”. Agora, segundo ela, “o filho de um trabalhador pode virar doutor”. Temos aí a questão da igualdade de oportunidades.

Por causa dessa identificação com a questão da igualdade apresentada pelas marcas discursivas que destacamos acima, podemos dizer que o discurso da candidata do PT mantém uma relação discursiva com um imaginário da esquerda.

De outro lado, temos a sequência discursiva 30, que nos apresenta o discurso do candidato Aécio Neves. Verificamos algumas marcas discursivas interessantes. O nome de Armínio Fraga como Ministro da Fazenda é uma delas. Fraga foi presidente do Banco Central durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Mais interessante: Aécio destaca que Fraga foi um dos formuladores do tripé macroeconômico. Aqui vale uma breve explicação. O tripé seria uma espécie de política econômica que estabelece metas de inflação, câmbio flutuante e metas fiscais. Estamos falando de uma política considerada neoliberal.

Portanto, podemos dizer que o discurso de Aécio Neves tem uma relação discursiva com um imaginário neoliberal. O neoliberalismo, por sua vez, ocupa tradicionalmente um espaço mais à direita no espectro político. Conforme falamos no subcapítulo 4.1.1., as políticas neoliberais tendem a priorizar a liberdade do mercado e deixar em segundo plano um Estado propulsor das igualdades, sociais e econômicas. Logo, enquanto o discurso de Dilma pende mais a um imaginário da esquerda, o de Aécio vincula-se mais a um imaginário da direita.

4.2.4. As “novas” temáticas

Conforme falamos no subcapítulo 3.1, uma das principais diferenças do debate de 1989 para o de 2014 foi o surgimento de novos temas no debate mais recente. Não que sejam questões inéditas, mas sim que ganharam mais visibilidade política nos últimos tempos. Veremos agora alguns desses temas e como esquerda e direita se posicionaram nas discussões.

Um debate que surgiu com força durante a disputa eleitoral de 2014 foi a questão da regulamentação da mídia. E como não poderia deixar de ser, tal assunto foi tratado no debate da Bandeirantes do mesmo ano. Os candidatos Aécio Neves, do PSDB, e Dilma Rousseff, do PT, foram os que assumiram o protagonismo nessa discussão. Vejamos então nas sequências discursivas a seguir como cada um dos candidatos se posicionou a respeito do referido tema:

SD31: Volta e meia nos fóruns do PT surge também esse debate (controle social da mídia). A liberdade de imprensa é um pressuposto absolutamente fundamental e definitivo para que tenhamos efetivamente uma democracia no país. (AÉCIO, 2014)

SD32: Eu acredito que a questão da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão, a liberdade integral nos meios de comunicação, é um valor básico da democracia. Eu

acredito também que, como qualquer setor – o setor de telefonia, os aeroportos, os portos – todos os setores têm que ter regulação econômica, ou seja, não pode haver o monopólio e não pode haver o uso indevido daquele meio. (DILMA, 2014)

Percebemos uma oposição de pensamento nos dois discursos. Percebemos, portanto, a presença de formações discursivas distintas em jogo.

Primeiro, levemos em conta algumas informações sobre este assunto. Trata-se de parte das condições de produção destes discursos. Em fevereiro de 2013, o jornalista e fundador do Wikileaks, Julian Assange, afirmou em entrevista ao também jornalista Jamil Chade, correspondente do jornal “O Estado de São Paulo”, que “há seis famílias que controlam 70% da imprensa no Brasil” (ASSANGE, 2013). A essa informação soma-se o debate organizado pela Organização das Nações Unidas, a ONU, promovido no dia 6 de agosto de 2015. Nesse encontro foi discutido que seis famílias controlam as principais empresas de comunicação no país, e que essas são responsáveis por 90% da receita publicitária pública e privada. As seis famílias ou seis grupos em questão são o Globo, a Editora Abril, a Folha, o Grupo RBS (vinculada à Globo), Sílvio Santos (dono do SBT) e a Rede Record.

Tal informação não é nenhuma novidade para aqueles que acompanham ou vivenciam o setor comunicacional no Brasil. Agrava-se a situação, juntando-se a isso, o fato de que, além das empresas estarem concentradas economicamente nas mãos de pouco, suas linhas editoriais e abordagens políticas se assemelham muito entre si. Podemos falar que os dizeres que circulam nos grandes jornais e emissoras de televisão do país são muito pouco diversos. Em sua maioria, eles se inscrevem em formações discursivas que tendem ao conservadorismo. São dizeres que se relacionam interdiscursivamente a um imaginário direitista. É por isso que, pensando em diversificar o cenário atual da comunicação no Brasil, cresce o número de entidades de caráter progressista que se organizam em busca da mudança dessa realidade. Dentre tais entidades destacam-se o Fórum Nacional pela Democratização da Mídia e o Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé.

Dito isso, voltemos a pensar nos discursos apresentados de Aécio Neves e Dilma Rousseff. Na sequência discursiva 31, podemos observar a preocupação do candidato do PSDB com o que ele chama de “controle social da mídia”. O trecho que destacamos é parte do discurso de Aécio que responde ao questionamento do jornalista José Paulo de Andrade a respeito dos Conselhos Nacionais de Participação Social, pergunta que inclusive já destacamos na sequência discursiva 5. Em meio a sua preocupação com o decreto presidencial

que regulamentava os Conselhos, Aécio também se mostra contrário à possibilidade de um “controle social da mídia”

Com a afirmação de que “a liberdade de imprensa é um pressuposto absolutamente fundamental e definitivo para que tenhamos efetivamente uma democracia no país”, podemos interpretar que o controle social da mídia, para o candidato do PSDB, seria uma ameaça a essa liberdade de imprensa. Seu discurso, portanto, se insere numa formação discursiva compartilhada pelos grandes veículos de informação, que veem em qualquer ideia de democratização da mídia a possibilidade de perderem sua hegemonia no setor comunicacional do Brasil. Conforme dissemos, tais veículos seguem uma formação discursiva conservadora, que se coloca à direita no espectro político. Logo, podemos afirmar que o discurso de Aécio Neves, apresentado na SD31, guarda uma relação interdiscursiva com esse imaginário da direita. Seu discurso é contrário a uma divisão mais diversificada e igualitária dos veículos de comunicação no Brasil.

Por outro lado, na SD32, a candidata Dilma Rousseff defende que, assim como no setor de telefonia, de aeroportos e de portos, o setor de comunicação também precisa de regulamentação. “Não pode haver o monopólio e não pode haver o uso indevido daquele meio”, segundo ela.

O discurso de Dilma guarda então uma relação interdiscursiva com um imaginário progressista, aproximando-se de uma formação discursiva na qual se insere também as organizações que citamos: o Fórum Nacional pela Democratização da Mídia e o Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé.

O progressismo, por sua vez, está historicamente vinculado às políticas de esquerda. Bobbio (1995) discorre em “Direita e Esquerda” sobre as observações do estudioso italiano Dino Cofrancesco. Segundo Cofrancesco, um traço característico da esquerda seria o conceito de emancipação. Para ele, “a libertação do homem do poder injusto e opressivo... permanece, pensando bem, o núcleo duro da esquerda como ‘categoria do político’” (COFRANCESCO, 1990 *apud* BOBBIO, 1995, p. 79).

Se pensarmos então que a concentração da mídia nas mãos de algumas poucas famílias brasileiras configura um poder injusto e opressivo, e que a superação desse problema seria um ato de emancipação, podemos considerar que o discurso de Dilma Rousseff, representado na sequência discursiva 32, guarda uma relação interdiscursiva com um imaginário da esquerda.

Outro assunto muito discutido em tempos atuais é a questão da legalização do aborto. De um lado, setores mais conservadores, em especial religiosos, tendem a rejeitar tal proposta. De outro, setores mais progressistas costumam defendê-la.

Para analisarmos as duas sequências discursivas que apresentaremos para discutir essa temática, precisaremos retomar mais algumas ideias de Dino Cofrancesco citadas por Norberto Bobbio (1995). Já expomos neste subcapítulo que Cofrancesco considera como traço característico da esquerda o conceito de emancipação. Mas o que o estudioso italiano nos diz a respeito da direita? Para ele, “a direita ‘representa uma modalidade do humano’, na medida em que exprime o ‘enraizamento no solo da natureza e da história’, a ‘defesa do passado, da tradição, da herança’” (COFRANCESCO, 1990 *apud* BOBBIO, 1995, p. 79).

Norberto Bobbio (1995, p. 84-85) faz a ressalva de que, ao empregar dois termos axiologicamente positivos – no caso, emancipação e tradição – Dino Cofrancesco correu o risco de colocar em dúvida a contraposição, uma vez que semanticamente eles não são antônimos perfeitos.

Para nós, no entanto, mais importante do que o termo utilizado por Cofrancesco é a noção de um imaginário da direita e da esquerda que ele apresenta: a direita como representante da tradição e a esquerda como representante da emancipação.

Agora sim, podemos voltar à questão do aborto. Para entendermos como o assunto é apresentado no debate de 2014, vejamos os discursos dos candidatos Eduardo Jorge, do Partido Verde, e Aécio Neves, sobre o tema:

SD33: Eu acredito que a legislação atual deve ser mantida. Uma posição pessoal que tenho e que defendo com absoluta tranquilidade. Mas eu defendo sobretudo, meu caro amigo Eduardo Jorge, que haja cada vez mais informação e educação, sobretudo para as adolescentes de baixa renda espalhadas por todo o Brasil, e que não tem acesso aos anticoncepcionais e a mesmo políticas preventivas que poderiam evitar o número excessivo de gravidezes que existem hoje no Brasil. (AÉCIO, 2014)

SD34: A legislação é cruel. Ela coloca 700, 800 mil mulheres a sua própria sorte, buscando clínicas clandestinas e às vezes morrendo, quando não morrendo ficando com sequelas físicas e psíquicas. É possível, senador Aécio, que o Brasil vai repetir a vergonhosa posição em relação à escravidão do trabalhador negro, quando foi o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravidão no século XX? Vai também o Brasil ser um dos últimos países do hemisfério ocidental que vai abolir essa lei opressiva, reacionária, que persegue as mulheres brasileiras? (JORGE, 2014)

Podemos observar que os candidatos se posicionam de maneira diferente em relação ao aborto. Na sequência discursiva 33, Aécio defende que “a legislação deve ser mantida”. Eduardo Jorge, por sua vez, acredita que “a legislação é cruel” (SD34).

No Brasil, a legislação atual permite o aborto em situações em que a mãe corre risco de morte, em casos de estupro e quando o feto não tiver cérebro. Nas demais situações, o aborto é considerado crime.

Podemos dizer que o discurso que defende a manutenção dessa legislação sobre o aborto é tradicionalista. Ele mantém uma herança religiosa que acredita que a concepção da vida se dá antes mesmo do parto, ainda quando o feto está na barriga da mãe. Desse modo, apenas em situações muito excepcionais, seria permitido o aborto.

Sendo assim, podemos dizer que o discurso de Aécio tem uma relação interdiscursiva com um imaginário da direita, uma vez que defende a manutenção da tradição, que é, segundo Cofrancesco (1990 *apud* BOBBIO, 1995, p. 79), um traço característico da direita.

Do outro lado da díade, temos o discurso de Eduardo Jorge, apresentado na sequência discursiva 34. Podemos dizer que esse discurso possui uma relação interdiscursiva com um imaginário da esquerda. Isso porque, segundo Cofrancesco (1990 *apud* BOBBIO, 1995, p. 79), “a libertação do homem do poder injusto e opressivo” seria a característica marcante da esquerda. Na SD34 percebemos a presença do termo “opressiva”, usado por Eduardo Jorge para definir o que representa a legislação atual para as mulheres brasileiras. O discurso é emancipador na medida em que defende o direito da mulher de poder fazer um aborto, numa luta realizada dentro de uma sociedade tradicionalmente machista. Sendo emancipador, é coerente dizer que o discurso de Eduardo Jorge sobre o aborto tende à esquerda no espectro político.

Passemos agora para outro tema que foi discutido no debate da TV Bandeirantes em 2014. Falamos da homossexualidade.

O assunto foi tratado pelos candidatos Luciana Genro e Pastor Everaldo. A seguir, apresentamos duas sequências discursivas que nos ajudarão a entender quais discursos apontam para um imaginário de direita e quais apontam para um imaginário de esquerda no que se refere à homossexualidade.

SD35: O problema é que homofobia e transfobia matam. E um membro da comunidade LGBT por dia é assassinado por causa do preconceito. E a falta de educação dentro das escolas para acabar com a homofobia é um problema muito grave, ao qual incorreu o governo da presidente Dilma, porque faz essas concessões em nome de uma suposta

governabilidade pros setores mais reacionários do Congresso Nacional, como a bancada do candidato Everaldo. (LUCIANA, 2014)

SD36: Reafirmo meu compromisso com a família como está na Constituição brasileira. Nós somos um país democrático, aqui não é Cuba, não é Venezuela, eu tenho direito de defender os meus princípios. Então eu defendo que o casamento é homem e mulher. Respeito a todas as pessoas. (EVERALDO, 2014)

Segundo Cofrancesco (1975, p. 403 *apud* BOBBIO, 1995, p. 81), “o homem de direita é aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a tradição; o homem de esquerda, ao contrário, é aquele que pretende, acima de qualquer outra coisa, libertar seus semelhantes das cadeias a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe, etc.”.

Permitimo-nos acrescentar outro tipo de privilégio que Cofrancesco não cita diretamente: o de orientação sexual. Conforme pesquisa do Grupo Gay da Bahia, o número de assassinatos de gays, lésbicas e travestis chegou a 326 no Brasil em 2014, ano do mais recente debate da Band. Isso representa uma morte a cada 27 horas.

Um discurso que defenda os direitos da comunidade LGBT ou que defenda o casamento gay é um discurso que contesta preconceitos sofridos por um grupo, e conseqüentemente privilégios de outro, baseados na orientação sexual. Mais do que isso, é um discurso que luta por igualdade, traço característico da esquerda, como vimos afirmando durante toda a pesquisa, segundo as considerações de Bobbio.

Dessa forma, podemos afirmar que o discurso de Luciana Genro (SD35) apresenta uma relação interdiscursiva com um imaginário de esquerda. Sua preocupação com o problema da homofobia e da transfobia é uma marca que evidencia sua crítica aos privilégios relacionados à orientação sexual e que apontam para sua luta pela igualdade de direitos.

Do outro lado, temos a sequência discursiva 36, que apresenta o discurso do candidato Pastor Everaldo. Mais uma vez, temos a questão da tradição como característica da direita.

Everaldo defende que “o casamento é homem e mulher”, descartando completamente a possibilidade de união entre duas pessoas do mesmo sexo. Seu discurso está baseado em uma herança religiosa, representa a manutenção da tradição. É, portanto, um discurso que possui relação discursiva com um imaginário da direita. Isso sem contar as críticas diretas aos governos de esquerda de Cuba e da Venezuela, discurso comum numa formação discursiva de direita.

4.3. As comparações entre os debates: caminhos percorridos pelos discursos da direita e da esquerda

Chegamos enfim à reta final de nossa pesquisa. Aqui pretendemos alcançar nosso objetivo, que, conforme explicamos na introdução deste trabalho, consiste em observar os caminhos percorridos pelos discursos da direita e da esquerda ao longo dos 25 anos que separam o debate de 1989 e o de 2014.

A primeira pergunta que viria a nossa mente seria se, afinal, direita e esquerda mudaram com o passar do tempo ou se permaneceram com os mesmos discursos. Fazemos então as comparações entre os debates para alcançarmos a desejada resposta.

Começemos por uma questão que permeou todas as nossas análises. Desde o começo deste capítulo 4, vimos usando o conceito de Norberto Bobbio (1995) de que a díade esquerda-direita seria melhor representada através da oposição igualdade-desigualdade. Através desse conceito fizemos as análises de diversas sequências discursivas e mostramos porque um discurso poderia ter uma relação interdiscursiva com um imaginário de direita ou de esquerda.

Com relação à esquerda, podemos fazer algumas observações e constatar que a ênfase na questão da igualdade foi e continua sendo uma marca de seu discurso.

Se pensarmos no debate de 1989, veremos que os candidatos à presidência Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola tocam na questão da igualdade, tanto que dissemos que seus discursos remetem a um imaginário da esquerda. Retomemos as sequências discursivas 8 e 21:

SD8: o bolo cresceu, comeram e a classe trabalhadora hoje está com o seu poder aquisitivo menor do que estava a dez anos atrás. Hoje nós precisamos inverter. Hoje nós precisamos dizer que é preciso distribuir para depois crescer. (LULA, 1989)

SD21: Conseguir um mínimo de estabilidade e de vergonha neste país. Mudar de rumo, porque este, do jeito que vai, está nos levando para onde sabemos. Retomar o crescimento, empregos, trabalho para o nosso povo, já em outras bases, com justiça social. Este vai ser o nosso trabalho permanente, buscando objetivos estratégicos, como a educação e a propriedade familiar, por exemplo. (BRIZOLA, 1989)

As sequências discursivas acima evidenciam uma preocupação dos candidatos com a questão da igualdade. Lula por meio da crítica à metáfora do bolo, e Brizola por meio de marcas como “justiça social” e “propriedade familiar”, conforme já explicamos no subcapítulo 4.1. Por mais que tenham tido suas diferenças, os dois candidatos tratam o problema econômico brasileiro de maneira semelhante: sob o aspecto da igualdade.

O interessante é que tais marcas discursivas também podem ser encontradas em momentos do debate de 2014. Retomemos a sequência discursiva 29, que traz o discurso da candidata Dilma Rousseff:

SD29: Eu acho que o Brasil enfrenta hoje, Boris (Casoy, jornalista) uma coisa que ninguém pode negar: uma das mais graves crises internacionais e, ao enfrentar essas crises, nós recusamos a velha receita, que diante da crise, o Brasil fazia o quê? Botava a conta para o trabalho pagar, desempregava, arrochava salários, aumentava impostos e aumentava tarifas. Nós nos recusamos a fazer isso. E, ao mesmo tempo que mantivemos o nível de emprego, criamos 5, 5 milhões de empregos num momento em que o mundo inteiro desemprega, nós mantivemos a inflação sob controle. [...] Eu digo que nós criamos as condições para um novo ciclo de crescimento. Com o quê? Investindo, porque o futuro é esse, é investir em infraestrutura. Além de investir em infraestrutura, o futuro exige um investimento pesado em educação, como o governo está fazendo. Hoje é inequívoco que as pessoas têm muito mais oportunidades. O filho de um trabalhador pode virar doutor. (DILMA, 2014)

A candidata do Partido dos Trabalhadores, já no final da sequência discursiva destacada, faz referência ao fato de, segundo ela, as pessoas terem hoje muito mais oportunidades, o que vincula seu discurso a um ideal de igualdade, mais precisamente à luta pela igualdade de oportunidades. Isso é também muito bem marcado no discurso de Rousseff quando ela afirma que “o filho de um trabalhador pode virar doutor”. Assim como em 1989, a questão econômica, tratada por Rousseff em seu discurso, é vista sob esse aspecto da igualdade.

Dessa forma, podemos dizer que os discursos que se vinculam a um imaginário de esquerda enfatizam, tanto em 1989 quanto em 2014, a questão da igualdade. Percebemos aí uma semelhança entre eles, mesmo que separados por vinte e cinco anos.

Outro ponto merece destaque ao compararmos os discursos da esquerda nos diferentes debates. Estamos falando da vinculação desses discursos com o marxismo. Vejamos as sequências discursivas que podem nos ajudar a aprofundar no assunto:

SD12: é realmente uma questão de escolha. E aí nós estamos assistindo a escolha daqueles que são da classe dominante brasileira, que sempre penalizam o trabalho. (FREIRE, 1989)

SD13: nem se discute também aqui os incentivos e os subsídios para inclusive pessoas como ele (Maluf), que são representantes da classe dominante e que recebem subsídios do governo. Isso ele não discute. (FREIRE, 1989)

SD26: Essa conversa de unir todo mundo, Marina, eu já vi em 2002 com o Lula, e o resultado foi um governo voltado para os interesses do capital. Para fazer de fato uma nova política, Marina, é preciso contrariar interesses. É preciso enfrentar os interesses dos banqueiros, do agronegócio, dos especuladores. É preciso fazer uma auditoria da dívida pública, suspender o pagamento dela para os bancos e garantir investimentos realmente no que o povo necessita. Se tu não tiveres condições de enfrentar o capital financeiro, tu nunca vais fazer uma nova política, tu vais repetir a velha política do PSDB, que continuou com o PT, que continuou com o Lula, que continuou com a Dilma. Vocês três são muito parecidos. (LUCIANA, 2014)

Roberto Freire, por duas vezes, usa o termo “classe dominante”, muito comum no discurso marxista. Luciana Genro também aponta para um imaginário de esquerda semelhante, através da crítica que faz a “um governo voltado para os interesses do capital”. No discurso marxista, a expressão “interesses do capital” é colocada em jogo com frequência, normalmente produzindo efeitos de sentidos que colocam esses interesses do capital como contrários aos interesses do povo.

É verdade que algumas pessoas podem dizer que, ao longo do tempo, o discurso de esquerda foi abandonando marcas que lhe eram peculiares. Alguns podem dizer que, em um mundo dia após dia mais globalizado, a esquerda, ou parte dela, prioriza cada vez mais em seu discurso o enfrentamento ao capital financeiro, como faz Luciana Genro na SD26. No entanto, o que podemos observar através de seu discurso e o de Roberto Freire, é que certas expressões, certas marcas, comuns em 1989, ainda podem ser encontradas hoje, apontando para uma regularidade no funcionamento desse discurso.

E não falamos somente da terminologia. No campo das ideias também podemos salientar semelhanças. Freire, por exemplo, critica uma classe dominante que recebe subsídios e incentivos do governo. Luciana frisa a necessidade de se contrariar os interesses dos banqueiros, do agronegócio e dos especuladores. De certo modo, os dois expõem que existem certos grupos, minoritários, que são beneficiados pelo governo, em detrimento dos interesses da maior parte da sociedade, o que também mostra a preocupação dos dois candidatos com a questão da igualdade.

Do outro lado, os discursos que remetem a um imaginário da direita também possuem características comuns, ao fazermos a comparação entre 1989 e 2014.

Na sequência discursiva 11, por exemplo, o candidato Mário Covas afirma que seu partido defende a privatização de certos setores que estavam então nas mãos do Estado. Recordemos seu dizer:

SD11: Que ele (capitalismo) não seja aquilo que tradicionalmente tem sido, em que tradicionalmente você socializa os prejuízos e privatiza os lucros. Em que você, ao mesmo tempo em que se discute a necessidade de se privatizar certos setores estatais, e o meu partido está inteiramente de acordo com isso, porque o meu partido quer o Estado voltado para o exercício de determinadas políticas sociais, onde ele se atrofiou, como educação, meio ambiente, política de habitação, política urbana, política de transportes, ao mesmo tempo em que isso se faça, se faça também uma desprivatização do Estado. Ou seja, a eliminação de uma prática cartorial, pela qual certos setores da economia privada se associam com o Estado em seu próprio benefício. (COVAS, 1989)

O interessante nesse discurso é que poderíamos dizer que Covas, ao menos em determinados momentos, faz uma apologia ao conceito de igualdade, marcado em afirmações como: “o Estado voltado para o exercício de determinadas políticas sociais”. Ao mesmo tempo, prioriza a competitividade e defende a entrega de empresas estatais para o setor privado, como fica marcado em “a necessidade de se privatizar certos setores estatais, e o meu partido está inteiramente de acordo com isso”. Nesse ponto, o discurso de Covas vai ao encontro do discurso do candidato Pastor Everaldo, no debate de 2014. Vejamos a sequência discursiva 23:

SD23: Eu defendo um enxugamento da máquina, um Estado mínimo necessário, vou cortar na carne, redução do número de ministérios para 20, passar todas essas empresas que hoje são foco de corrupção, de negociação política, esse negócio de fura poço, essas

coisas todas que deu foco de corrupção que hoje faz as nossas empresas, orgulho nacional, como a Petrobrás, passar para a iniciativa privada. (EVERALDO, 2014)

Podemos observar que Everaldo também defende a privatização de empresas estatais, citando nominalmente a Petrobrás. É claro que uma ressalva precisa ser feita. O discurso de Covas aponta de alguma forma para o conceito de igualdade, o que é um traço característico da política social-democrata. O de Everaldo em nenhum momento faz referência a isso. Ainda assim, no que tange à privatização de setores que estão ou estavam nas mãos do Estado, os dois discursos se aproximam ao apontar para um imaginário neoliberal, que conforme vimos falando durante esta pesquisa, coloca-se mais à direita no espectro político.

Outro ponto que podemos destacar no dizer de Everaldo, apresentado na SD23, é a proposta de “redução no número de ministérios para 20”. Por conta dessa marca, o discurso aproxima-se de discursos que aparecem no debate de 1989. Precisaremos agora apresentar duas sequências discursivas inéditas. Uma representa um discurso de Ronaldo Caiado e a outra um discurso de Guilherme Afif Domingos, ambos no debate de 1989.

SD37: E é isso que eu quero no primeiro momento, é fazer, sem dúvida nenhuma, uma verdadeira reforma administrativa no país. É mostrar que nós podemos dar uma cota de sacrifício, podemos enxugar o Estado, podemos tornar essa máquina estatal mais competente, mais eficaz. Essa máquina perdulária que hoje vem penalizando e muito o povo brasileiro. (CAIADO, 1989)

SD38: E no primeiro dia de governo nós já anunciaremos o primeiro ponto da nossa reforma administrativa, que é exatamente o enxugamento de ministérios. Nós teremos 13 ministérios: dez civis e três militares, fechando dez no primeiro dia. (AFIF DOMINGOS, 1989)

Caiado aponta para a necessidade de se fazer “uma verdadeira reforma administrativa no país” e de se “enxugar o Estado”. Afif Domingos, por sua vez, propõe o “enxugamento de ministérios”, reduzindo o número para 13.

A redução de poder nas mãos do Estado e seu enxugamento são discursos que normalmente fazem parte de uma formação discursiva de direita, que atribui à iniciativa privada uma participação maior na gestão política do país. Essa é uma marca comum em governos liberais.

Vemos, portanto, que tal discurso esteve presente no debate de 1989, através das sequências discursivas 37 e 38, e que ele também se encontra no debate de 2014, através da SD23. Assim, depreendemos mais uma semelhança no que foi dito nos diferentes debates, novamente no discurso da direita. Podemos dizer que há uma relação interdiscursiva forte entre os discursos de Caiado, Afif Domingos e Pastor Everaldo. Nesse ponto, o discurso de direita mantém suas características.

Outro ponto nos é interessante resgatar. Falamos ao início deste subcapítulo que podemos perceber no discurso da esquerda uma priorização da questão da igualdade, tanto em 1989 quanto em 2014. Mas o discurso da direita também prioriza determinados assuntos e podemos dizer que encontramos semelhanças nas marcas discursivas presentes nos dois debates. Relembremos, primeiramente, as sequências discursivas de 16 a 20, do debate de 1989:

SD16: A primeira medida que tomaríamos seria o combate incessante à inflação e à corrupção. É a inflação nesse país que está nos levando ao descalabro. E a corrupção jamais vista nesse país está levando a você que me ouve a não acreditar no governo. (MALUF, 1989)

SD17: o que o povo espera do novo governante é dele resgatar a credibilidade política nesse país. (CAIADO, 1989)

SD18: O que eu quero, o que eu pretendo fazer é devolver ao brasileiro a honra de ser brasileiro, e com isso, começar a administrar não com somente o direito de ser Presidente da República, mas também com o direito de ter o apoio desse povo para implantar as reformas que a sociedade deseja. (CAIADO, 1989)

SD19: o primeiro choque que nós daremos é o choque da austeridade e o choque da moralidade. (AFIF DOMINGOS, 1989)

SD20: estabelecer com o povo uma linguagem direta, conversando com todos, recuperando a credibilidade do governante para com todos. (AFIF DOMINGOS, 1989)

Agora atentemos para a sequência discursiva 22, do debate de 2014:

SD22: O governo que a senhora (Dilma Rousseff) comanda perdeu a capacidade de inspirar confiança, credibilidade, por um conjunto de ações desastradas, desconexas, com um intervencionismo absurdo em setores essenciais para a recuperação do investimento, como o setor de energia. (AÉCIO, 2014)

Acrescentemos ainda o dizer do candidato Pastor Everaldo que acabamos de mencionar neste subcapítulo.

SD23: Eu defendo um enxugamento da máquina, um Estado mínimo necessário, vou cortar na carne, redução do número de ministérios para 20, passar todas essas empresas que hoje são foco de corrupção, de negociação política, esse negócio de fura poço, essas coisas todas que deu foco de corrupção que hoje faz as nossas empresas, orgulho nacional, como a Petrobrás, passar para a iniciativa privada. (EVERALDO, 2014)

O que percebemos ao comparar as sequências discursiva 16, 17, 18, 19 e 20, que fazem parte do debate de 1989, e as sequências 22 e 23, que são do debate de 2014, é que existem similaridades entre elas.

Por exemplo: na SD 17, Caiado afirma que a função de um novo governante seria “resgatar a credibilidade política nesse país”. Também em 1989, Afif Domingos (SD20) defende que é preciso recuperar a “credibilidade do governante para com todos”. Aécio Neves (SD22), em 2014, acusa o governo de Dilma Rousseff de ter pedido “a capacidade de inspirar confiança, credibilidade”. Percebemos aí a repetição do termo “credibilidade”. Tal marca se repete nos três discursos que acabamos de apresentar. É possível dizer que esse tema é fundamental para uma formação discursiva na qual estão inscritos os três discursos.

A perda da credibilidade sobre a qual os candidatos falam pode estar associada a medidas econômicas tomadas pelo governo da ocasião, ou ainda, a questões relacionadas à corrupção. Já falamos que, para Charaudeau ([2005] 2013), o tema da corrupção é muito presente no discurso da direita. Tomando as sequências discursivas que acabamos de apresentar, vemos uma aproximação do discurso de Maluf, em 1989, e de Pastor Everaldo, em 2014.

Para Maluf (SD16), “a corrupção jamais vista nesse país está levando a você que me ouve a não acreditar no governo”. Para Everaldo (SD23), é necessário “passar todas essas empresas que hoje são foco de corrupção, de negociação política, esse negócio de fura poço,

essas coisas todas que deu foco de corrupção que hoje faz as nossas empresas, orgulho nacional, como a Petrobrás, passar para a iniciativa privada”.

Ambos abordam diretamente a questão da corrupção, com marcas claras em seus discursos.

Essas questões como credibilidade e corrupção mostram-se muito presentes nos discursos que acabamos de trazer dos cinco candidatos em questão, sendo três da disputa presidencial de 1989 e dois da de 2014, o que nos permite dizer que tais temas foram e continuam sendo frequentemente apropriados nos discursos políticos, mesmo passados 25 anos entre os dois debates. Conforme expusemos nos subcapítulos 4.1 e 4.2, são discursos que apontam mais para um imaginário da direita. Dito isso, podemos dizer que o discurso da direita de hoje, levando em conta o pouco tempo passado desde o debate de 2014, possui uma semelhança marcada em comparação com 1989. As questões como credibilidade e corrupção seguem muito presentes.

Outo ponto em comum entre os debates que achamos importante destacar e que se associa a um imaginário da direita é a contestação da ideia da luta de classes. Para isso, retomemos as sequências discursivas 15 e 28, que trazem, respectivamente dizeres de Ronaldo Caiado e Marina Silva.

SD15: vamos transformar este país num país de vencedores, num país daqueles que acreditam que é no trabalho na competência e na seriedade, não na violência, não na agressão, não na luta de classes e nem no ódio. (CAIADO, 1989)

SD28: Eu quero combater claramente, candidato (Levy Fidelix), essa visão de apartar o Brasil, com essa ideia de que nós temos que combater as elites. O problema do Brasil não é a sua elite, é a falta de elite. A elite não é aquela que tem dinheiro. O Guilherme (Leal, empresário brasileiro) faz parte da elite, mas o Davi Yanomami (escritor e líder indígena brasileiro) também. A Neca (Setúbal, socióloga e herdeira do Banco Itaú) pode fazer parte da elite, mas também o Chico Mendes (seringueiro, ativista político e ambientalista) fazia parte da elite. Essa visão tacanha de que a gente tem que ficar combatendo as pessoas com rótulo, é isso que a gente tem que combater e ter a tranquilidade de fazer o debate envolvendo ideias, envolvendo as diferentes pessoas, empresários, trabalhadores, juventudes, empreendedores sociais. (MARINA, 2014)

Podemos dizer que Ronaldo Caiado é mais direto em sua crítica à luta de classes. Marina Silva, por sua vez, critica a ideia de “combater as elites”. De qualquer forma, a crítica

ao combate às elites representa uma contestação a um discurso historicamente ligado a um imaginário da esquerda, de origem marxista, que acredita que a sociedade é movida pela luta de classes.

Os dois discursos, o de Caiado e o de Marina, guardam uma relação interdiscursiva com um imaginário da direita, conforme explicamos nos subcapítulos anteriores. Historicamente, o combate à luta de classes é um discurso vinculado à direita.

Sendo assim, podemos destacar que tanto em 1989 quanto em 2014 a crítica à divisão da sociedade em classes permanece em pauta nos discursos mais próximos à direita do espectro político.

Contudo, não é somente de semelhanças que é feita a comparação entre os debates presidenciais de 1989 e de 2014. Retomando o segundo capítulo de nossa pesquisa, devemos lembrar que Jean-Jacques Courtine (2006) e Patrick Charaudeau ([2005] 2013) observaram mudanças nos discursos políticos, de acordo com o passar do tempo. Courtine se concentrou nas mudanças do discurso comunista com a greve geral ocorrida na França em 1968. Charaudeau tratou das diferenças nos discursos da direita e da esquerda na comparação entre os anos de 1970 e a época na qual escreveu seu livro, em 2005.

Trouxemos no subcapítulo 4.2.4, as novas temáticas que surgem em tempos atuais, que foram tratadas no debate de 2014, e que estiveram parcial ou totalmente ausentes no debate de 1989.

Dizemos parcialmente porque, em 1989, a questão do aborto foi brevemente tema de discussão entre os candidatos Paulo Maluf e Mário Covas. No entanto, o debate consistiu em Maluf perguntando a Covas se este era a favor ou contra o aborto, ao que Covas respondeu que era contra. E assim foi a discussão, sem qualquer tipo de argumentação. Em 2014, Eduardo Jorge e Aécio Neves participaram de um debate mais fundamentado em relação à questão, como mostramos nas sequências discursivas 33 e 34.

As outras duas temáticas que trouxemos como novidade no debate de 2014, que são a questão da concentração da mídia e a homofobia, não apareceram em nenhum momento do debate de 1989.

O que achamos importante dizer é que, conforme diziam Courtine (2006) e Charaudeau ([2005] 2013), o momento no qual os discursos políticos são produzidos realmente proporcionam mudanças no discurso da direita e no discurso da esquerda. Por outro lado, o que podemos observar através de nossas pesquisas é que, enquanto as posições políticas se modernizam para tratar de assuntos que são colocados em pauta pela sociedade

em um momento e que eram desprezados até então, a forma como direita e esquerda tratam dessas questões novas não se distanciam tanto do que tradicionalmente direita e esquerda priorizam em seus discursos.

Vejam os primeiramente o exemplo da concentração da mídia. A oposição igualdade-desigualdade, apresentada por Bobbio, continua servindo como referência para tratarmos quais discursos guardam uma relação discursiva com um imaginário da esquerda, e quais vinculam-se a um imaginário da direita. Retomemos as sequências discursivas 31 e 32, que retratam tal temática:

SD31: Volta e meia nos fóruns do PT surge também esse debate (controle social da mídia). A liberdade de imprensa é um pressuposto absolutamente fundamental e definitivo para que tenhamos efetivamente uma democracia no país. (AÉCIO, 2014)

SD32: Eu acredito que a questão da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão, a liberdade integral nos meios de comunicação, é um valor básico da democracia. Eu acredito também que, como qualquer setor – o setor de telefonia, os aeroportos, os portos – todos os setores tem que ter regulação econômica, ou seja, não pode haver o monopólio e não pode haver o uso indevido daquele meio. (DILMA, 2014)

Percebemos que, ao defender que no setor da comunicação, assim como em outros setores, “não pode haver monopólio”, a candidata Dilma Rousseff contesta, mesmo que indiretamente, o fato de os veículos de comunicação estarem nas mãos de poucas pessoas. Ou seja, existe uma crítica a uma distribuição desigual dos meios. Do outro lado, na SD31, o candidato Aécio Neves não aponta para esse problema, omitindo uma falta de igualdade.

Também trouxemos no subcapítulo 4.2.4 as ideias do italiano Dino Cofrancesco, que trata a díade direita e esquerda como uma priorização de tradição e emancipação, respectivamente. Conforme já dissemos, se pensarmos na concentração da mídia como um poder injusto e opressivo, o discurso de Dilma que contesta essa concentração, esse “monopólio”, poderia ser classificado como emancipador. Portanto, com uma característica de um discurso vinculado a um imaginário da esquerda.

Nesse caso, nossos argumentos buscam mostrar que, apesar de o tema ser relativamente novo, o modo como esquerda e direita se organizam a respeito dele segue calcado em ideais que historicamente já estão vinculados a cada um dos espectros políticos.

Isso também ocorre quando o tema é a homossexualidade. Retomemos as sequências discursivas 35 e 36 para evidenciarmos a manutenção desses ideais:

SD35: O problema é que homofobia e transfobia matam. E um membro da comunidade LGBT por dia é assassinado por causa do preconceito. E a falta de educação dentro das escolas para acabar com a homofobia é um problema muito grave, ao qual incorreu o governo da presidente Dilma, porque faz essas concessões em nome de uma suposta governabilidade pros setores mais reacionários do Congresso Nacional, como a bancada do candidato Everaldo. (LUCIANA, 2014)

SD36: Reafirmo meu compromisso com a família como está na Constituição brasileira. Nós somos um país democrático, aqui não é Cuba, não é Venezuela, eu tenho direito de defender os meus princípios. Então eu defendo que o casamento é homem e mulher. Respeito a todas as pessoas. (EVERALDO, 2014)

A candidata Luciana Genro faz uma defesa dos direitos dos homossexuais, o que nos remete a uma ideia de igualdade, independentemente da orientação sexual do cidadão. É também um discurso emancipador, pois enfrenta problemas de preconceito que acontecem no Brasil. Por isso, apontamos uma vinculação a um imaginário de esquerda.

O candidato Pastor Everaldo (SD36) defende a tradição, nesse caso vinculada a uma discursividade religiosa, que define que “o casamento é homem e mulher”. A tradição coloca esse discurso mais próximo a um imaginário da direita.

Podemos ver, portanto, que a abordagem sobre a questão da igualdade e a defesa da tradição ou da emancipação continuam sendo determinantes na construção dos discursos políticos da direita e da esquerda.

Por fim, a temática do aborto. Mais uma vez, certos princípios da direita e da esquerda continuam sendo colocados em jogo. Lembremos das sequências discursivas 33 e 34:

SD33: Eu acredito que a legislação atual deve ser mantida. Uma posição pessoal que tenho e que defendo com absoluta tranquilidade. Mas eu defendo sobretudo, meu caro amigo Eduardo Jorge, que haja cada vez mais informação e educação, sobretudo para as adolescentes de baixa renda espalhadas por todo o Brasil, e que não tem acesso aos anticoncepcionais e a mesmo políticas preventivas que poderiam evitar o número excessivo de gravidezes que existem hoje no Brasil. (NEVES, 2014)

SD34: A legislação é cruel. Ela coloca 700, 800 mil mulheres a sua própria sorte, buscando clínicas clandestinas e às vezes morrendo, quando não morrendo ficando com sequelas físicas e psíquicas. É possível, senador Aécio, que o Brasil vai repetir a vergonhosa posição em relação à escravidão do trabalhador negro, quando foi o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravidão no século XX? Vai também o Brasil ser um dos últimos países do hemisfério ocidental que vai abolir essa lei opressiva, reacionária, que persegue as mulheres brasileiras? (JORGE, 2014)

Eduardo Jorge (SD34) fala explicitamente em uma “lei opressiva”, que “persegue as mulheres brasileiras”, ao falar da legislação atual sobre o aborto no Brasil. Vincula-se, portanto, a um imaginário da esquerda, emancipador, contra um poder opressivo.

Aécio Neves, por sua vez, defende que “a legislação atual deve ser mantida”. É um discurso, como dissemos no subcapítulo 4.2.4, tradicionalista, pois não garante avanços no direito da mulher e pretende manter a lei como está. Excetuando casos excepcionais, ainda vê o aborto como crime, o que também não deixa de estar calcado em uma tradição religiosa.

Novamente, percebemos que os ideais históricos da esquerda, no caso do discurso de Eduardo Jorge, e da direita, no discurso de Aécio, ainda estão bem presentes.

Pelos motivos que acabamos de apresentar, pelas semelhanças que encontramos nos discursos de esquerda e de direita ao compararmos os debates de 1989 e de 2014, até mesmo quando novas temáticas surgem com o passar dos anos, não parece justo dizermos que a díade direita-esquerda sobrevive? Pelo que mostramos, ideais presentes nos discursos de 1989, aparecem novamente nos discursos de 2014. Por mais que o mundo esteja em constante transformação, que as preocupações da sociedade mudem de tempos em tempos, direita e esquerda permanecem, ao menos por enquanto, travando um duro duelo na arena política.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos ao longo desta pesquisa que o discurso político é onde se projeta, por antecipação, aquilo que se supõe ser a voz do povo. Os candidatos a um cargo, como o de Presidente da República, lutam em um debate para conquistar a legitimidade de falar pelo povo. É na língua que acontece o debate político. O discurso é a forma pela qual as pessoas aderem a um partido político, a uma posição ideológica. É, portanto, através do discurso que acontece o embate entre as distintas formações discursivas. É no campo da palavra que acontece primordialmente a disputa entre a direita e a esquerda.

Em nosso percurso, apontamos que devemos levar em conta as condições de produção do discurso para o compreendermos em sua plenitude. O discurso não pode ser compreendido apenas como produto final. Existe todo um processo discursivo que culminará em uma forma de falar, em um jeito de expressar as ideias e, conseqüentemente, em determinados efeitos de sentidos.

As condições de produção não irão atuar apenas na produção dos discursos dos candidatos nos debates. Observamos que em 1989 elas também levam a um posicionamento discursivo dos jornalistas como representantes do povo. Já em 2014, fica marcado um posicionamento ideológico mais claro dos profissionais de imprensa. Como o contexto sócio-histórico brasileiro está em constante mudança, fica a dúvida de como o jornalista se posicionará daqui para frente.

Vimos também durante a pesquisa que direita e esquerda lutam por uma legitimidade, que é conquistada através do voto. Cada posição política traz em seu discurso características que lhes são peculiares, ideais que servem de base para seus discursos.

A *díade*, segundo Bobbio (1995), pode ser representada pela oposição entre igualdade e desigualdade, que seriam características de esquerda e direita, respectivamente. Vimos que Cofrancesco (1990 *apud* BOBBIO, 1995) nos oferece a ideia de que emancipação e tradição são preocupações que correspondem respectivamente ao discurso da esquerda e da direita.

Ao longo de nossas análises, pudemos perceber que tanto Bobbio como Cofrancesco nos fornecem definições capazes de nos guiar em uma análise dos discursos de direita e de esquerda. Percebemos que, mesmo mais de duas décadas após as contribuições desses estudiosos, suas definições ainda são capazes de nos mostrar quais discursos se inclinam mais à direita, e quais tendem mais à esquerda do espectro político.

Graças a suas contribuições, pudemos também ver que existem ideais que continuam presentes nos discursos políticos produzidos no debate de 2014, ao compararmos com o que o foi dito em 1989. Dessa forma, foi possível observarmos que existem temas e abordagens que são mais característicos de uma formação discursiva da direita, e outros que são mais marcantes em uma formação discursiva da esquerda.

Reparamos que a igualdade, por exemplo, foi e continua sendo uma preocupação central da esquerda, assim como a ideia de emancipação, de superação de um poder opressivo. A direita, por sua vez, não privilegia tanto em seu discurso questões como a igualdade, preferindo destacar temas como a corrupção e defender ideias de uma posição neoliberal.

Essas semelhanças que nos foram possíveis observar nos fazem crer que a arena política permanece dividida. É inegável que exista um centro, onde ideias de direita e de esquerda se misturam. Da mesma forma, é inegável que o passar dos anos nos traga questões novas a serem discutidas, que até um tempo atrás não apareciam no discurso político.

Desse modo, não temos condições de afirmar até quando a oposição igualdade-desigualdade, ou mesmo o contraponto entre emancipação e tradição, se manterão capazes de definir discursivamente esquerda e direita, respectivamente. Deixamos a pergunta no ar para que futuras pesquisas discorram sobre essa temática, que acreditamos ser fonte ainda para muita discussão.

Em nosso entendimento, direita e esquerda conservam ideais que lhes são muito caros, e que servem de base para fazer o debate dessas novas temáticas. Direita e esquerda permanecem travando uma luta dura na arena política. Através do discurso, esses dois campos políticos buscam direcionar sentidos, lutam pela adesão popular, pela legitimidade através do voto e pela hegemonia política.

REFERÊNCIAS:

- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- CHADE, Jamil. Entrevista com Assange: “É bom que os governos tenham medo das pessoas”. **O Estado de S. Paulo**, 02 fev. 2013. Blogs Jamil Chade. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/jamil-chade/entrevista-com-assange-e-bom-que-os-governos-tenham-medo-das-pessoas/>>. Acesso em 27 jan. 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick. [2005] **Discurso Político.** Tradução de Dilson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública.** Tradução de Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- DEBATE 1989. **Eleições 1989 Debate na Band (completo).** Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=zlK8x9QguR8>>. Acesso em 21 dez. 2014.
- DEBATE 2014. **Debate da Band 26/08/2014 – Presidente da República do Brasil.** Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=rPAMXAqK-Qk>>. Acesso em 08 jan. 2015.
- ESTEVES, João Pissarra. *Agenda-setting* e efeitos dos media: o desenvolvimento paradoxal da teoria e o regresso a uma perspectiva comportamentalista. In: CUNHA, I.F.; CABRERA, A.; SOUSA, J.P. (Org.). **Pesquisa em media e jornalismo – homenagem a Nelson Traquina.** Covilhã: LabCom, 2012. 275 p. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20121127-jorgepedrosousa_homenagem_traquina.pdf> Acesso em 16 jul. 2015.
- FATOS POLÍTICOS. Saiba quem são as seis famílias que monopolizam a mídia brasileira. 04 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.fatospoliticos.com.br/2015/08/saiba-quem-sao-as-seis-familias-que-monopolizam-a-midia-brasileira/>>. Acesso em 27 jan. 2016.
- GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil:** relatório 2014. Disponível em: <<http://www.homofobiamata.wordpress.com>>. Acesso em 08 mar. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Série histórica dos acumulados no ano IPCA e INPC.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010293310112012333605501944.pdf>>. Acesso em 09 mar. 2016.
- JABOR, Arnaldo. Lula vem ou não vem?. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03. Set. 2013. Cultura. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/lula-vem-ou-nao-vem-9797142>>. Acesso em 17 abr. 2015.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 11ª Edição. Campinas: Pontes Editores, 2013.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PERNAMBUCO. “Liberdade de imprensa é o principal valor em qualquer sociedade democrática”, afirma Aécio Neves”. 02 jun. 2014. Disponível em:

<<http://www.psdb.org.br/pe/liberdade-de-imprensa-e-o-principal-valor-em-qualquer-sociedade-democratica-afirma-aecio-neves/>>. Acesso em 17 abr. 2015.

PÊCHEUX, Michel. [1969]. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pecheux.** Tradução de Bethania S. Mariani et AL. 3ª Edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-162

PEREIRA LEAL, Maria do Socorro. **Raposa Serra do Sol no discurso político roraimense.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

WOLF, Mauro. [1985]. **Teorias da Comunicação.** Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 9ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2006.